

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 104/2023  
Data: 23/06/2023



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS CONTRATA ENTIDADE PARA AUDITORIA NO FUNDO DE PENSÃO PORTUS .....	4
VISITA À FRAGATA LIBERAL QUE ATRACARIA NO PORTO DE SANTOS NESTA SEXTA-FEIRA É CANCELADA .....	5
LOGÍSTICA NÃO ACEITA DESAFOROS .....	5
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>6</b>
NA BAHIA, TECON SALVADOR INVESTE R\$ 24 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS .....	6
NO SÃO JOÃO DE CARUARU, RESÍDUOS PODEM SER TROCADOS ATÉ O DIA 26 .....	8
DIRETOR DO ONS DIZ QUE O PAÍS JÁ GERA E CONSUME 80 % DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E PEDE AO SETOR ELÉTRICO APOIO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA .....	9
ECONOMIA DE BAIXO CARBONO É A NOVA FORMA DE FAZER NEGÓCIOS .....	10
CRESCIMENTO EM ASCENÇÃO: SONDAS DE PERFURAÇÃO SUPERAM A PANDEMIA E PROJETAM EXPANSÃO DE 20% EM DOIS ANOS .....	11
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>12</b>
EDITORIAL – UMA PARCERIA ESTRATÉGICA .....	12
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	13
<i>Descarbonização 1</i> .....	13
<i>Descarbonização 2</i> .....	13
<i>Descarbonização 3</i> .....	13
<i>Sustentabilidade 1</i> .....	13
<i>Sustentabilidade 2</i> .....	14
NACIONAL - FRANÇA VAI A MINAS GERAIS PEDIR ACELERAÇÃO DE OBRAS NO AEROPORTO DA PAMPULHA .....	14
NACIONAL - RENAN FILHO EMPREGA REFORÇO ORÇAMENTÁRIO EM RODOVIAS DO MARANHÃO .....	14
NACIONAL - RELATÓRIO PRELIMINAR DA REFORMA TRIBUTÁRIA É APRESENTADO NA CÂMARA .....	15
NACIONAL - PÍLULAS DE AFC – UMA RELAÇÃO “GANHA-GANHA” .....	16
NACIONAL - EMPRESÁRIOS DO SETOR DE CARGAS PEDEM ALÍQUOTAS REDUZIDAS.....	16
REGIÃO SUDESTE - MUSEU DO PORTO DE SANTOS SERÁ REABERTO.....	17
REGIÃO SUDESTE - DESCONTO DAS TARIFAS PORTUÁRIAS É TEMA DE DEBATE NO PORTO DE SANTOS .....	18
REGIÃO NORDESTE - MAIS DE 3 MIL EMPREGOS DEVEM SER ABERTOS ATÉ O FIM DO ANO NO PECÉM.....	19
REGIÃO NORTE- ÁREA PORTUÁRIA DE BELÉM SERÁ RESTAURADA .....	20
OPINIÃO - OS IMPACTOS POSITIVOS DO RATING DA S&P PARA O BRASIL: RUMO AO “INVESTMENT GRADE” .....	21
NACIONAL – VITRINE - CONFIRA OS BASTIDORES DO NORDESTE EXPORT .....	22
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>24</b>
SANTOS VAI CEDER ÁREAS NO VALONGO PARA ESTACIONAMENTO DE FUTURO TERMINAL DE CRUZEIROS NO PORTO .....	24
ANTT VAI REVISAR METODOLOGIA DE CÁLCULO DO PREÇO MÍNIMO DO FRETE .....	25
FUNDO GLOBAL FARÁ REUNIÃO INÉDITA EM BRASÍLIA PARA DESTINAR US\$ 1,4 BILHÃO AO MEIO AMBIENTE.....	25
AUTORIDADE PORTUÁRIA REABRE, NA SEGUNDA-FEIRA (26/6) O MUSEU DO PORTO DE SANTOS .....	27
BTP SELECIONA PROJETOS SOCIAIS PARA PATROCÍNIO EM 2024 .....	27
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>28</b>
MME ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA PRORROGAÇÃO DE CONCESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA .....	28
RODRIGO BRANDÃO SERÁ NOVO PRESIDENTE DA DISTRIBUIDORA LIGHT SESA .....	29
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>30</b>
COORDENADOR DA REFORMA TRIBUTÁRIA DEFENDE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA APENAS PARTE DOS SERVIÇOS.....	30
DA LENTIDÃO DO FOCUS À FRASE FINAL DA DECISÃO DO COPOM, O QUE ALIMENTA A APOSTA EM CORTE DE JUROS EM AGOSTO .....	31
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>32</b>
COMO O NOVO PLANO DIRETOR DE SP VAI MUDAR SEU BAIRRO? VEJA MAPA INTERATIVO ATUALIZADO.....	32
PASTORE: ‘LULA ESTÁ DESMONTANDO O BC COM ATAQUES; ISSO NÃO É CONDUTA DE UM ESTADISTA’ .....	38
GOVERNO ESTÁ VULNERÁVEL A SURTOS DE IRRESPONSABILIDADE FISCAL DO CONGRESSO .....	41
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>42</b>
ANP VAI REALIZAR CONSULTA PÚBLICA SOBRE ACORDO COM ARSESP DO GASODUTO SUBIDA DA SERRA .....	42
<b>DIÁRIO DO NORDESTE - CE</b> .....	<b>43</b>
CADE APROVA POR UNANIMIDADE VENDA DA REFINARIA LUBNOR PARA A GREPAR.....	43



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 104/2023  
Página 3 de 45  
Data: 23/06/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>43</b>
GRUPO DISCUTE DESBUROCRATIZAÇÃO NA OUTORGA DE TUPS .....	43
AGENTES ACREDITAM EM ADOÇÃO DE MODELO SIMILAR À FIPS PARA ITAQUI.....	44
<b>MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>45</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	45



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS CONTRATA ENTIDADE PARA AUDITORIA NO FUNDO DE PENSÃO PORTUS

Será verificada a situação financeira da previdência suplementar de empregados e aposentados das companhias docas

Por: *Bárbara Farias*



*Atualmente, no Porto de Santos, há 2.367 beneficiários do Portus, sendo 135 da ativa e 2.232 aposentados Foto: Matheus Tagé/AT/Arquivo*

A Autoridade Portuária de Santos (APS) assinou um termo de adesão com a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) para a realização de uma auditoria econômico-financeira e na gestão do fundo de pensão Portus. O extrato de adesão foi publicado no Diário Oficial da União de ontem. Atualmente, no Porto de Santos, há 2.367 beneficiários do Portus, sendo 135 da ativa e 2.232

aposentados.

Em nota, a APS informou que essa é uma contratação ordinária e corriqueira. Esta já é a terceira auditoria anual contratada para avaliar as atividades do instituto de seguridade social que administra o benefício previdenciário suplementar, “visando avaliar as atividades do Portus”.

Ainda de acordo com a gestora do Porto de Santos, a auditoria será realizada por uma equipe técnica contratada pela Abeph e especializada nas áreas fiscal, contábil, econômico-financeira, tributária, previdência e saúde complementar, atuarial, gestão, risco e controle. Sobre a escolha da Abeph, a APS informou que o critério levado em consideração foi o financeiro, “visto que o custo compartilhado entre todas as docas é menor do que a contratação individual”.

Serão auditados, de acordo com a APS, a gestão do instituto e a política de investimento, os processos de concessão de benefícios, a metodologia utilizada no cálculo atuarial, os procedimentos e controles vinculados à gestão administrativa e financeira, as despesas administrativas, a estrutura de governança e de controles internos da entidade e o recolhimento das contribuições dos patrocinadores e participantes.

#### Déficit

Em janeiro, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, recebeu representantes da Federação Nacional dos Portuários (FNP), em Brasília, para tratar do acordo jurídico-financeiro firmado em 2020 com o objetivo de saldar o déficit do Portus, que está sob intervenção federal desde 2011.

Em 2020, o então Ministério da Infraestrutura concluiu o acordo para sanar o déficit do fundo de pensão, que atende em todo o País 10 mil participantes, entre aposentados e pensionistas das companhias docas. Na ocasião, a proposta foi enviada aos sindicatos envolvidos e à Advocacia-Geral da União (AGU).

À época, o ministério divulgou que a dívida do Portus era de R\$ 3,3 bilhões. Conforme a proposta, caberia às patrocinadoras (companhias docas) um aporte de cerca de R\$ 1,7 bilhão. O valor atual do rombo não foi divulgado.

Os participantes, por sua vez, pelo critério de paridade, como determina a lei, pagariam por meio da suspensão do benefício por morte aos beneficiários, desconto de 100% no abono anual líquido (13º



salário) e congelamento do valor nominal pago como suplemento de aposentadoria. Além disso, os participantes assistidos e pensionistas recolheriam contribuições extraordinárias, calculadas em 18,47% do salário de benefícios recebidos.

A proposta foi elaborada pelo ministério, em parceria com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Após avaliação dos sindicatos, acabou apresentada e aprovada pelas categorias, com posterior assinatura do acordo.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 23/06/2023*

## VISITA À FRAGATA LIBERAL QUE ATRACARIA NO PORTO DE SANTOS NESTA SEXTA-FEIRA É CANCELADA

Embarcação precisou ser desviada para atender uma emergência de salvamento em Paranaguá

*Por: A Tribuna.com.br*



**Fragata Liberal atracaria no Porto de Santos às 9h desta sexta (23) Foto: Divulgação/Marinha do Brasil**

A visita da Fragata Liberal, que atracaria no Porto de Santos às 9h desta sexta-feira (23), para as comemorações do Dia da Marinha, foi cancelada devido a uma ocorrência de emergência.

A embarcação abriria para visita neste domingo (25). Mas, por conta de uma emergência e salvamento em Paranaguá (PR), a rota precisou ser desviada e a programação cancelada. Não há ainda informações sobre uma nova data.

A Fragata Liberal participará de uma missão de combate à pirataria no Golfo da Guiné, na África e tem o propósito de conduzir ações da guerra naval e realizar o controle de áreas marítimas.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 23/06/2023*

## LOGÍSTICA NÃO ACEITA DESAFOROS

Enquanto burocracia leva vários ativos públicos ao abandono, investidores buscam soluções individualizadas

*Por: Luís Claudio Santana Montenegro*



**Discussões inúteis e vazias têm atrasado demandas no Porto de Itajaí Foto: Divulgação/Porto de Itajaí**

Há tempos tenho alertado de forma insistente, inclusive com diversos artigos em A Tribuna, dos riscos e da necessidade de priorização dos investimentos nos portos brasileiros, mostrando que temos desperdiçado dezenas de bilhões por ano com filas de navios e caminhões pela falta de capacidade portuária.

Os diagnósticos, também repetidos incansavelmente, são o excesso de burocracia e a ineficiência do atual modelo utilizado para formalização de contratos de utilização de áreas em ativos portuários públicos, que acabam por atrasar investimentos e resultam em inúmeras áreas ociosas nos mais de 37 portos públicos brasileiros.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem feito coro com esses alertas e já demonstrou que os nossos portos públicos estão com ociosidade média de 56%, atingindo até 90% em diversos casos.



Considerando a necessidade urgente da ampliação das nossas capacidades portuárias, essas taxas de áreas vazias são um verdadeiro atentado contra o interesse público.

O custo da nossa ineficiência em ocupar essas áreas ociosas é alto, tanto para transportadoras rodoviárias, ferroviárias e marítimas que veem seus ativos imobilizados em filas cada vez maiores nos portos; quanto para o comércio exterior brasileiro, que ainda representa míseros 1,04% do mercado mundial; para os trabalhadores portuários, sem perspectivas de renda; para a economia, principalmente dos municípios, que vivem da atividade portuária; e para todos nós consumidores, que somos o último elo dessa logística ineficiente.

Pois esse é exatamente o caso do Porto de Itajaí (SC), em que discussões totalmente inúteis e vazias, como críticas infundadas a processos de integração logística e à capacidade do estado em regular eventuais abusos de poder de mercado, têm atrasado demandas e interesse na realização de investimentos. Quando o diagnóstico é tão evidente, qualquer desvio do foco pode trazer prejuízos muito difíceis de reparar.

O Porto de Itajaí não é o primeiro caso no País de ativos públicos portuários praticamente abandonados e vazios pela simples dificuldade de formalização de contratos de uso de áreas portuárias. Como a logística não aceita desaforos, soluções de investimento têm sido buscadas pelo setor produtivo fora dos portos públicos, os Terminais de Uso Privado (TUP), principalmente a partir do marco legal de 2013.

Ou seja, enquanto a burocracia joga vários de nossos ativos públicos ao abandono, investidores buscam soluções individualizadas, que têm sido essenciais para a manutenção do nosso comércio internacional, como é o caso dos portos de Itapoá, Portonave, DP World, Tubarão, Açú, dentre mais de uma centena de outros.

Enquanto isso, nas principais regiões portuárias do mundo, investidores buscam os clusters portuários públicos, já que ali há o compartilhamento de recursos, a regulação isenta, a harmonização de investimentos público-privados, a conectividade intermodal com os mercados, e diversos outros aspectos que possibilitam ganhos incomparáveis de escala.

Se é assim em todo o mundo, por que, no Brasil, os investidores têm buscado realizar seus investimentos fora do porto público? Pois a resposta, repito, está no famigerado excesso de burocracia para a formalização de contratos de uso de áreas em portos públicos.

A solução para o problema não está em restringir o investimento em TUPs, que têm sido uma solução importante para o País, mas sim em solucionar definitivamente as barreiras a investimentos nos ativos públicos, acelerando a formalização de contratos, suas expansões, renovações e modificações já previstas legalmente.

Somente assim, com dinamismo, simplificação e eficiência, será possível garantir investimentos portuários para todos os modelos existentes, com ganhos de capacidade que são, ao final e ao cabo, transferidos como benefício a cada um de nós brasileiros.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 23/06/2023*



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### NA BAHIA, TECON SALVADOR INVESTE R\$ 24 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS

Os tratores elétricos comprados pelo Tecon Salvador evitam a emissão de carbono na atmosfera

Por **Ângela Fernanda Belfort**



***Diretor executivo do Tecon Salvador, Demir Lourenço, diz que a empresa pretende ter toda a frota elétrica num prazo de cinco anos. Foto: Divulgação/Tecon Salvador***

O Tecon Salvador dá mais um passo no sentido de descarbonizar a sua operação. A empresa importou 12 tratores de pátio elétricos, duas reach stackers (empilhadeiras de contêineres) e uma side loader, um guindaste de içamento combinado com um reboque ou caminhão. O investimento foi de R\$ 24 milhões. “Os tratores são movidos a baterias com emissão zero de carbono o que ratifica o nosso compromisso com o meio ambiente. Isso faz toda a diferença”, diz o diretor executivo do Tecon Salvador, Demir Lourenço.

A intenção da empresa, segundo Demir, é substituir toda a frota existente no terminal por equipamentos elétricos num prazo de cinco anos. A incorporação dos 12 tratores a atual frota significa que 341 toneladas de emissões de carbono (CO<sub>2</sub>) deixarão de ser emitidas por ano, segundo os cálculos da empresa.

E essa não é a primeira experiência com este tipo de equipamento. Conhecidos como RTGs, os transtêineres utilizados no terminal baiano são totalmente elétricos e geram um pouco de energia para compensarem o seu próprio consumo. “Foram os primeiros elétricos no Brasil”, afirma Demir, se referindo aos equipamentos comprados em 2011. A empresa já compra energia limpa no mercado livre produzida por geração eólica e solar.

Além de não jogarem carbono na atmosfera, os equipamentos apresentam novidades tecnológicas e vão trazer conforto e ergonomia para os nossos colaboradores”, como argumenta Demir. “Os tratores também não emitem ruídos”, conta. Unidade de negócios do Grupo Wilson Sons, o terminal funciona 24 horas por dia de domingo a domingo, sendo uma atividade intensiva em mão de obra.

Os nossos investimentos em equipamentos são contínuos”, comenta Demir. Equipamentos mais ágeis estão relacionados com outro fator direto que os terminais têm que se preocupar: o aumento da produtividade, que reduz a permanência do navio no terminal, gerando menos custos para os clientes, que são os donos dos navios (armadores). Isso também contribui para que não ocorram atrasos nas escalas posteriores que serão realizadas em outros portos.

No começo de janeiro deste ano, o Tecon Salvador atingiu o recorde de 110 contêineres movimentados por hora (mph – embarque e descarga) durante a operação do navio Corcovado, atracado no novo cais que tem o nome de Santa Dulce dos Pobres. O último recorde registrado pela empresa ocorreu em janeiro de 2018 com 102 mph.

### **O Tecon Salvador**

Dono do Tecon Salvador, o Grupo Wilson Sons é o maior operador integrado de logística portuária e marítima do Brasil, com uma trajetória de mais de 185 anos, nascido em Salvador, na Bahia. O conglomerado começou a operar o terminal em 2000 depois de vencer uma licitação realizada em 1999. A holding tem mais de 5 mil clientes.

Entre 2000 e 2022, a Wilson Sons investiu mais de 1 bilhão no Tecon Salvador, localizado no Porto de Salvador. Desse total, R\$ 443 milhões foram empregados entre 2018 e 2020. A expansão segue em andamento e deve demandar investimentos de mais R\$ 715 milhões até 2050 (realizados com 100% de recursos próprios).



Depois das últimas melhorias, a capacidade de receber carga em pátio saiu de 430 mil TEUs para 553 mil TEUs por ano. O TEU é uma medida equivalente a um contêiner de 20 pés. A previsão da empresa é de ampliar essa capacidade para 925 mil TEUs.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 23/06/2023*

## **NO SÃO JOÃO DE CARUARU, RESÍDUOS PODEM SER TROCADOS ATÉ O DIA 26**

Os consumidores da Celpe poderão trocar recicláveis no local da festa de São João de Caruaru.

*Da Redação ME*

No caminhão, os catadores poderão trocar os resíduos por dinheiro. No São João de Caruaru, o veículo vai ficar perto da Estação Ferroviária até o dia 26. Foto: Neoenergia Pernambuco/Divulgação  
O maior São João do mundo também gera muito resíduo. Para dar uma mãozinha tornando a festa mais sustentável, a Neoenergia Pernambuco (antiga Celpe) decidiu levar o caminhão elétrico e a tenda do Programa Vale Luz para a Rua Silva Filho, 132, próximo à Estação Ferroviária, em Caruaru. No local, os catadores poderão trocar os resíduos por depósito, via Pix, dos valores referentes às latinhas de alumínio. O veículo ficará no local até a segunda-feira (26), fazendo atendimentos das 8h às 16h30. Os demais usuários da distribuidora podem trocar os recicláveis por descontos na conta de luz.

As latinhas de alumínio devem ser o principal resíduo gerado durante o evento. “Estamos trabalhando em favor da sustentabilidade, pois os resíduos serão reaproveitados pelas indústrias. Também promovemos a eficiência energética. Apenas como exemplo, uma latinha de alumínio reciclada consome 95% menos energia para ser fabricada do que uma que não usa a reciclagem. Ainda contribuimos para a economia doméstica das pessoas, que passam a receber o bônus direto na conta de energia elétrica”, afirmou o supervisor de Eficiência Energética da Neoenergia Pernambuco, Artur Costa.

O Vale Luz em Caruaru vai funcionar da seguinte forma: os clientes residenciais vão poder levar os resíduos direto no caminhão, onde terão os materiais pesados e receberão o desconto na conta. Já os catadores serão atendidos na tenda montada ao lado, mesmo local onde pesarão as latinhas e fornecerão os dados bancários para recebimento do valor. É importante ressaltar que o valor pago pelas latinhas é superior ao praticado pelo mercado, o que contribui para um maior ganho dos participantes.

Para participar do Vale Luz, projeto do Programa de Eficiência Energética da Neoenergia Pernambuco, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), basta que o cliente separe os resíduos aceitos pelo projeto, que devem estar separados por tipo, limpos e secos, leve até o ponto de coleta e informe o código do cliente, presente no lado esquerdo do QRCode da conta de energia, junto com um documento de identificação.

Além de levar os resíduos, os clientes cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica ou moradores de comunidades de baixa renda também podem trocar lâmpadas usadas (fluorescente compacta, incandescente ou halógena), com potência a partir de 14W, por novas, com tecnologia LED. No momento da troca, é preciso apresentar a conta de energia do mês anterior e não ter trocado mais de oito lâmpadas em projetos da Neoenergia Pernambuco nos últimos 6 anos. Além de fornecer uma melhor iluminação, a lâmpada LED traz vários benefícios para famílias que podem ser contempladas, como, por exemplo, uma redução significativa no valor da fatura de energia. Estima-se que uma lâmpada LED pode ser até 40% mais econômica do que as demais. Cada cliente pode trocar até cinco lâmpadas.

### **Materiais que podem ser trocados no São João**

Confira a lista dos materiais recicláveis aceitos no programa: Papel e Papelão: Jornais, revistas, cadernos e caixas; plásticos, incluindo PET (Embalagens de detergente, garrafas PET e sacolas); metais como latas de alumínio (refrigerante, cerveja, suco), latas de aço, latas de produtos alimentícios (leite em pó e conservas), aerossol desodorante, alumínio grosso e Ferro; embalagens



de vidro; óleo Vegetal usado – de soja, canola, girassol, gergelim, amendoim, milho, coco, algodão e mamona: e, por último eletrônicos, a CPU com placa mãe, televisores, monitores, celulares, impressoras e copiadora

O Vale Luz foi criado em 2008. Nos 15 anos de existência, o Projeto já arrecadou mais de 2,3 milhões de quilos de resíduos e concedeu aproximadamente R\$ 1 milhão em descontos na conta de energia de 8,7 mil pernambucanos. Números expressivos que contribuem diretamente para o orçamento doméstico das famílias e para a preservação do meio ambiente por meio da reciclagem de 100% dos materiais entregues pelos participantes.

### O aplicativo do Programa

Pensando na comodidade do cliente, a Neoenergia disponibiliza, gratuitamente, o aplicativo Vale Luz Cliente, no qual está disponível para os sistemas Android e IOS. Ao abrir o aplicativo, é possível acompanhar os créditos gerados mensalmente na conta de energia elétrica e analisar, detalhadamente, os materiais recicláveis aceitos.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 23/06/2023

## DIRETOR DO ONS DIZ QUE O PAÍS JÁ GERA E CONSOME 80 % DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E PEDE AO SETOR ELÉTRICO APOIO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Informações: *PetroNotícias*



CHIOO diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciochi, participou do painel de abertura do Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (ENASE), edição que marca os 20 anos do evento. O principal tema do ENASE 2023 é a transição energética. Ciochi afirmou que mais de 80% da energia gerada e consumida no Sistema Interligado Nacional (SIN) já é de fontes renováveis, como a hidráulica, eólica e solar. O executivo destacou que a ampliação dessa participação deve ser buscada, mas alinhada a uma preocupação com a contribuição do setor elétrico para diferentes setores econômicos. O diretor-geral explicou

que a gestão do Operador incorporou conceitos de sustentabilidade de forma estruturada há cerca de três anos, com a formulação da política ASG+, baseada em três pilares: ONS+ Verde, ONS+ Humano e ONS+ Social. Ao longo do processo de formulação das diretrizes, a questão da transição energética foi extensamente debatida, sempre reforçando que os movimentos do setor devem sempre considerar os impactos das decisões.

“Este ano, o ONS vai completar 25 anos. Somos orgulhosos do trabalho já feito e estamos atentos ao futuro. Estamos num momento em que todo mundo fala em transição energética, e o Brasil já é um exemplo nesse campo. A avaliação que fazemos no ONS é que o setor elétrico precisa considerar a busca da equidade social nas suas ações. Se não considerarmos esse ponto em nossas decisões, não estaremos entregando à sociedade brasileira o melhor que podemos”, afirmou Luiz Carlos Ciochi.



A partir desse ponto, os agentes do setor elétrico podem refletir sobre como contribuir com a população, quais setores podem ser apoiados pelas empresas em seus processos de transição energética. O diretor-geral do ONS destacou que os profissionais do SEB têm canais diretos de relacionamento com representantes de áreas como transportes, mineração e demais segmentos eletrointensivos. “Creio que encontrar formas de dar contribuições efetivas a empresas e segmentos em processos de transição energética é um dos grandes desafios para todos no setor elétrico. Temos, claro, mais questões a tratar,

conquistas a realizar. Mas a nossa atenção também deve estar direcionada a esse ponto: como ajudar os demais setores na transição deles”, finalizou.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 23/06/2023*

## ECONOMIA DE BAIXO CARBONO É A NOVA FORMA DE FAZER NEGÓCIOS

Poder público e iniciativa privada buscam alternativas para reduzir emissões de gases estufa

*Informações: Correio*



Foto: Salvador e plano de uso de veículos elétricos. Crédito: @pordemateria

Mudanças climáticas, elevação do nível do mar e acidificação dos oceanos são algumas das consequências apontadas por especialistas para as emissões de gases estufa na atmosfera. No lastro da crescente conscientização da sociedade sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente e a busca por ações sustentáveis, o setor público e a iniciativa privada por todo o planeta têm aderido à economia de baixo carbono para tentar mitigar o avanço do quadro.

Como o próprio termo sugere, a economia de baixo carbono é um modelo econômico que tem por objetivo a redução das emissões de gases de efeito estufa e os seus impactos no meio ambiente. Baseada na transição de sistemas produtivos e de consumo que dependem intensamente de combustíveis fósseis para fontes de energia mais limpas e renováveis, a economia de baixo carbono também estimula a promoção de outras práticas sustentáveis em diversos setores da economia.

Estratégias como a busca pela eficiência energética e utilização de fontes renováveis de energia; gestão inteligente de resíduos, transporte e cadeia de suprimento sustentável; além da compensação de carbono, tm sido cada vez mais utilizadas por empresas dos mais variados setores como é o caso da Wilson Sons, responsável pela operação portuária e marítima do terminal de cargas de Salvador.

Depois de alcançar uma redução de 20% na intensidade de carbono operacional, através da reorganização do pátio no Tecon Salvador, ao longo de 2022, a Wilson Sons vai ampliar a frota para operação, incluindo 12 novos tratores de pátio totalmente elétricos, evitando a emissão de até 341 toneladas de CO2. O investimento fará do porto da capital baiana o primeiro terminal do Brasil e um dos primeiros terminais das Américas a inserir equipamentos elétricos em sua operação.

A adoção de modelos que contam com energia mais limpa é somada a uma série de ações que vem sendo implementadas ao longo dos anos. Atualmente a companhia mantém o compromisso de publicar seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no registro público, do Programa Brasileiro GHG Protocol. Em 2022, a companhia manteve o selo ouro do inventário publicado no programa, abrangendo os escopos 1 e 2. No ano passado, a Wilson Sons também ajustou as rotas de navegação dos rebocadores, conseguindo estabelecer um uso mais eficiente do combustível marítimo. Já as emissões gerais da companhia foram reduzidas em 5%, enquanto o consumo de energia elétrica caiu 4%.

### Indústria

A Unipar, petroquímica líder na produção de cloro e soda e a segunda maior produtora de PVC na América do Sul, também assumiu metas e compromissos relativos à mitigação dos danos ao meio ambiente. Por meio de parcerias com importantes players do mercado de energia, está construindo projetos para superar o desafio de operar com 80% da demanda de energia elétrica proveniente de fontes renováveis. A expectativa da empresa é alcançar esse objetivo ainda em 2024.

Em abril, o complexo solar Lar do Sol, construído em parceria com a Atlas Renewable Energy, entrou em operação comercial e já direciona parte da energia gerada para a Unipar. Há também uma parceria com a AES Brasil para a construção de dois complexos eólicos, sendo um na Bahia e outro no Rio Grande do Norte, ambos com previsão de operação no próximo ano.

Através destas iniciativas, a companhia irá alcançar a meta sobre obtenção de energia limpa, reduzirá as emissões e vai melhorar sua pegada de carbono, minimizando os custos variáveis, uma vez que a energia elétrica corresponde a cerca de 50% dos custos da produção de cloro/soda. Além de passar a ofertar produtos mais verdes, impactando positivamente a pegada de carbono de todo o ecossistema.

### **Poder Público**

No campo do primeiro setor, equipes de gestão atentas ao movimento da economia de baixo carbono também tem empreendido esforços para reduzir as emissões de gases estufa. Segundo a secretária municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência de Salvador, Marcelle Moraes, a prefeitura da capital baiana tem trazido um olhar sustentável para todas as pastas e a redução da pegada de carbono já tem sido notada em situações como a escolha de ônibus elétricos para operação do Sistema BRT e a implantação da Casa So+Ma, fundamental para a gestão inteligente de resíduos.

“Mitigar as emissões de carbono é uma preocupação da Prefeitura. Agora estamos trabalhando em conjunto com uma consultoria internacional para fazer um inventário que vai metrificar a produção total de gases estufa e a partir daí, criaremos estratégias para reduzir a pegada”, afirma Marcelle. “Também temos um projeto da construção de um parque solar, no antigo aterro sanitário de Canabrava, possibilitando a geração de energia limpa não só para a operação dos órgãos municipais como para toda a comunidade do entorno. A garantia de um futuro mais sustentável é uma missão de todos”, completa.

O projeto Mundo Sustentável é uma realização do Jornal Correio, com o patrocínio da Unipar e Braskem, apoio institucional da Prefeitura de Salvador e apoio da Wilson Sons.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 23/06/2023*

## **CRESCIMENTO EM ASCENÇÃO: SONDAS DE PERFURAÇÃO SUPERAM A PANDEMIA E PROJETAM EXPANSÃO DE 20% EM DOIS ANOS**

*Informações: Click Petróleo e Gás*



***O setor de sondas de perfuração registra uma retomada vigorosa, com expectativa de crescimento significativo até 2025***

O mercado de sondas de perfuração está exibindo um forte crescimento, tendo já recuperado seus níveis anteriores à pandemia de covid-19, segundo um relatório recente da Wood Mackenzie e divulgado no Brasil pelo portal Petronotícias. O estudo também sugere que este ressurgimento não será de curto prazo, com o setor de serviços de perfuração previsto para se expandir além de 2023, estendendo-se pelos próximos dois anos.

### **Demanda em Alta e Aquecimento do Mercado**

A necessidade por sondas de perfuração está prevista para crescer outros 20% entre 2024 e 2025. Paralelamente, as taxas de afretamento diário dessas embarcações tiveram um aumento impressionante de 40% no último ano, um claro indicativo do aquecimento deste segmento.

Segundo o relatório da Wood Mackenzie, intitulado “Estamos no ponto de inflexão do mercado de plataformas de águas profundas?”, a utilização ativa de sondas passou de um patamar mínimo de 65% em 2018 para mais de 85% em 2023. A quantidade de sondas de águas ultraprofundas contratadas retornou aos níveis pré-pandemia e as taxas diárias para as melhores embarcações desta categoria dobraram nos últimos dois anos.

### **Exploração em Águas Profundas e Expectativas para o Futuro**





Os preços crescentes do petróleo, a ênfase na segurança energética e os benefícios das emissões em águas profundas têm impulsionado o desenvolvimento nessa área e até mesmo a exploração, conforme expressou Leslie Cook, analista da Wood Mackenzie. A oferta ativa agora está mais equilibrada com a demanda e os fluxos de caixa da plataforma estão positivos. A previsão é de que a demanda continue a crescer.

Uma significativa parcela desse crescimento virá do “Triângulo Dourado” composto pela América Latina, América do Norte e África, bem como de regiões do Mediterrâneo. A Wood Mackenzie estima que essas áreas responderão por 75% da demanda global de plataformas flutuantes até 2027.

A movimentação recente no mercado elevou as taxas diárias de afretamento em 40% no ano passado. A consultoria antecipa uma escalada adicional de 18% para essas taxas. Antes do final do ano, as tarifas de US\$ 500.000 por dia ou mais podem voltar a ser uma realidade para as plataformas de águas ultraprofundas altamente valorizadas e vantajosas.

“Com a demanda e as taxas em ascensão, estamos nos aproximando do ponto de inflexão para novas construções e reativações”, afirmou Cook. “Ainda não chegamos lá, mas para as novas construções, é uma questão de tempo. A necessidade de descarbonização, avanço tecnológico, maior eficiência e, por fim, a substituição de frotas impulsionará um novo ciclo. Se a economia da plataforma se manter robusta e as empresas de perfuração perceberem que os riscos contratuais estão diminuindo, isso pode acontecer mais cedo ou mais tarde”, concluiu Cook.

*Fonte: Mercoshipping Marítima Ltda*

*Data: 23/06/2023*



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – UMA PARCERIA ESTRATÉGICA**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A automatização dos procedimentos portuários tem sido uma realidade crescente nos últimos anos, o que levanta preocupações quanto à redução de postos de trabalho nesse setor. No entanto, um fenômeno interessante tem ocorrido: a criação de zonas industriais próximas aos portos, impulsionadas pela sua localização estratégica, e que têm gerado oportunidades de emprego, compensando, em parte, essa redução.

Um exemplo notável é o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE), onde as companhias têm desempenhado um papel fundamental na criação de empregos na região. Segundo a Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Aecipp), até o fim deste ano, estima-se que 3.342 mil vagas de emprego serão abertas pelas empresas que operam no local, sendo que mil delas podem surgir ainda no primeiro semestre.

Aproximadamente 25 mil empregos diretos e indiretos já são gerados pelas empresas do Complexo do Pecém, e a demanda por mão de obra continua em ascensão. Essas oportunidades abrangem diversas áreas, como setor administrativo, manutenção, produção/operação, logística, vendas, recursos humanos e até mesmo o emergente setor do hidrogênio verde.

Aliás, a produção em larga escala do hidrogênio verde, esperada para os próximos anos, promete impulsionar ainda mais o mercado de trabalho na região. De acordo com Hugo Figueirêdo, presidente do Complexo do Pecém, a cadeia de empreendimentos relacionados ao hidrogênio verde pode gerar cerca de 80 mil novos empregos.

É evidente que as zonas industriais próximas aos portos desempenham um papel crucial na geração de empregos e no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas. A Aecipp tem se dedicado a incentivar essa criação de vagas de trabalho, fortalecendo parcerias institucionais e potencializando





a atração de mão de obra local. Uma das iniciativas importantes é o diálogo estabelecido com instituições de ensino, como o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), visando preparar a mão de obra local para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo complexo portuário.

Eduardo Amaral, presidente da Aeciopp, ressalta a importância de contar com a participação das empresas no desenvolvimento da região do Complexo do Pecém. A colaboração entre o setor privado, o poder público e as entidades de formação é fundamental para que as chances de emprego sejam plenamente aproveitadas.

Em resumo, a criação de zonas industriais próximas aos portos tem se mostrado uma solução viável para a compensação da redução de postos de trabalho no mercado portuário causada pela automatização. O exemplo do Complexo Industrial e Portuário do Pecém é um caso concreto de como a localização estratégica, aliada a iniciativas de desenvolvimento, pode impulsionar a geração de empregos e fortalecer a economia local. É preciso aproveitar esse potencial e buscar uma colaboração contínua entre os setores público e privado para o crescimento sustentável dessas regiões industriais e sua expansão para outros pontos do Brasil.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 23/06/2023*

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **DESCARBONIZAÇÃO 1**

O Governo de São Paulo abriu um crédito de R\$ 500 milhões para o financiamento de startups de inovação tecnológica com projetos voltados à descarbonização, programas estaduais e municipais de transição energética e, também, empreendimentos de produção de biogás a partir de resíduos agrícolas - em especial aqueles ligados ao setor sucroenergético, o denominado Pré-Sal Caipira. A medida foi lançada nesta quinta-feira, dia 22, como parte de um pacote de apoio à descarbonização das cadeias produtivas no Estado.

### **DESCARBONIZAÇÃO 2**

Outra medida que integra este pacote é o programa de Hidrogênio de Baixo Carbono, em elaboração na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. O projeto prevê a criação de um ambiente regulatório focado na descarbonização, fomentando a demanda, a produção, a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação do mercado de hidrogênio verde.

### **DESCARBONIZAÇÃO 3**

Também foi anunciado o Pró-Veículo Verde, programa de incentivo voltado aos fabricantes de veículos automotores que apresentem projetos com menor pegada de carbono. A iniciativa prevê que a cadeia industrial associada a essa produção tem permissão para usar o crédito acumulado do ICMS apropriado até 31 de dezembro de 2024, no desenvolvimento de carros, caminhões e equipamentos híbridos, elétricos ou movidos a biocombustíveis.

### **SUSTENTABILIDADE 1**

A operadora portuária e logística Santos Brasil divulgou seu novo Relatório de Sustentabilidade, que chega a sua 17ª edição. Relativo ao ano de 2022, ele pode ser acessado no site da empresa. O documento contempla as unidades operacionais e o acompanhamento das externalidades socioambientais, apresentando os resultados econômico-financeiros e dados auditados. Para a Santos Brasil, este é um meio de compartilhar desafios, conquistas e resultados com seus stakeholders.

### SUSTENTABILIDADE 2

Segundo a Santos Brasil, 2022 foi um ano de “consolidação”, com a diversificação, a modernização e a expansão de suas operações. Também foi o ano em que a empresa passou a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, a bolsa de valores brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/06/2023

### NACIONAL - FRANÇA VAI A MINAS GERAIS PEDIR ACELERAÇÃO DE OBRAS NO AEROPORTO DA PAMPULHA

Por MARÍLIA SENA [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

*Ministro quer que o local disponibilize mais voos regionais, e isso depende do andamento dos serviços*



O Aeroporto de Pampulha foi repassado em 2022 à empresa CCR, que administrará o local pelos próximos 30 anos com investimento previsto de cerca de R\$ 151 milhões. Crédito: Carlos Alberto/Imprensa MG

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, visitou ontem, dia 22, o Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte (MG), para pedir rapidez nas obras do local. Outras duas cidades mineiras, Governador Valadares e Conselheiro Lafaiete, também

receberam a visita do ministro.

“Queremos a revitalização do Aeroporto da Pampulha. É um aeroporto tradicionalíssimo – para Minas e todo o Brasil – e a gente tem sentido que o ritmo das coisas aqui não está naquilo que ele foi predestinado, que é de colocar mais voos regionais e facilitar a vida de quem reside mais perto. Nós queremos que os voos regionais voltem para Pampulha com força”, disse Márcio França.

O Aeroporto de Pampulha foi repassado à iniciativa privada em 2022. A empresa CCR, a mesma que opera o Aeroporto de Confins, é responsável por Pampulha nos próximos 30 anos com investimento previsto de cerca de R\$ 151 milhões.

França se reuniu em Belo Horizonte com representantes da CCR. “A gente veio falar com a concessionária; eles foram muito gentis. É evidente que tinham traçado um cronograma para quatro anos e a gente disse que o presidente Lula quer antecipar tudo isso porque quatro anos é muito tempo para que a Pampulha volte a ter voos regionais”, explicou França.

O ministro esteve acompanhado do prefeito Fuad Noman (PSB), do senador Carlos Vian (Podemos-MG) e do deputado federal André Janones (Avante-MG).

A expectativa é que na próxima semana uma reunião seja agendada para tratar do tempo que a CCR precisa para que o Aeroporto da Pampulha funcione em sua plenitude. Está prevista a presença do secretário nacional de Aviação Civil, Juliano Noman, de senadores e deputados de Minas Gerais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/06/2023

### NACIONAL - RENAN FILHO EMPREGA REFORÇO ORÇAMENTÁRIO EM RODOVIAS DO MARANHÃO

Orçamento de R\$ 922 milhões para as vias do Estado proporcionou investimentos para a federalização da BR-006

Por MARÍLIA SENA [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

### **NO MARANHÃO, RENAN FILHO TAMBÉM ANUNCIOU A ABERTURA DE LICITAÇÃO PARA AS OBRAS REMANESCENTES DE DUPLICAÇÃO DO LOTE 3 DA BR-135/MA**

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participou ontem, dia 22, de uma vistoria técnica para supervisionar as obras na BR-135/MA, no Maranhão. O orçamento é de R\$ 922 milhões para as vias do Estado. O valor proporcionou investimentos para a federalização da BR-006, que passará a ser chamada de BR-330/MA.

A BR-330/MA fica entre os municípios de Balsas e Tasso Fragoso, totalizando 143 quilômetros de extensão. Através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o serviço custará R\$ 80,4 milhões e pode durar dois anos.

Renan Filho também anunciou a abertura de licitação para as obras remanescentes de duplicação do lote 3 da BR-135/MA. Os serviços incluem duplicação, implantação e pavimentação de vias laterais, recuperação, reforço e alargamento das obras.

Serão investidos R\$ 151 milhões nas obras da BR-135/MA com o intuito de ampliar a segurança na rodovia federal.

“A BR-135/MA é a única via de acesso rodoviário à capital São Luís. Além disso, é de importância estratégica para o Maranhão e para todo o país por permitir o escoamento da produção agrícola da região do Matopiba – formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – até o Porto do Itaqui”, enfatizou o ministro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/06/2023

## **NACIONAL - RELATÓRIO PRELIMINAR DA REFORMA TRIBUTÁRIA É APRESENTADO NA CÂMARA**

Segundo relator, o presidente da Casa quer votar o texto antes do recesso parlamentar

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**De acordo com o relatório preliminar da reforma tributária, a Zona Franca de Manaus manterá os benefícios fiscais, assim como o Simples Nacional**  
Crédito: *Divulgação/Secretaria-Geral*

O relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, reforma tributária (PP-PB), apresentou ontem, dia 22, o relatório preliminar do assunto para o início da análise entre os deputados. De acordo com ele, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), quer votar o texto no próximo dia 7, antes do recesso parlamentar.

Combustíveis, bancos e construção civil terão regimes especiais de cobranças de alíquotas, ou seja, ainda não estão em nenhuma regra. Outros setores vão pagar 50% a menos nas tarifas. São eles: transporte público coletivo, dispositivos médicos e serviços de saúde, serviços de educação, produtos agropecuários e extrativistas.

O texto contempla um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que na prática é um tributo para o Governo Federal e um tributo para estados e municípios. O IVA junto com o imposto seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas substituirá cinco impostos: ICMS, PIS/Cofins e IPI e ISS municipal.



Um valor para o fundo de desenvolvimento regional também está sendo proposto pelo relator a partir de 2029. O valor chegará a R\$ 40 bilhões a partir de 2033 pago pela União aos estados e municípios, e mais R\$ 160 bilhões em um fundo de compensação até 2032 que começa em 2025.

A Zona Franca de Manaus e o Simples Nacional manterão os benefícios fiscais. Outra proposta é o fundo de compensação para compensar as perdas dos estados com os benefícios fiscais já concedidos com os recursos da União.

A reforma tributária tramita no Congresso Nacional há cerca de 30 anos. Ontem o presidente Arthur Lira recebeu governadores e lideranças políticas na residência oficial para a articulação do texto.

Nesta semana, empresários da infraestrutura também estiveram no Congresso para pedir a inclusão do setor na discussão da reforma. Os representantes temem o aumento da carga tributária no setor de combustíveis e transportes de cargas.

O regime tributário para incentivo à modernização e à ampliação da estrutura portuária (Reporto) também deve ser debatido entre representantes do setor e deputados. A expectativa é que o benefício que vai até o final de 2023 seja estendido para os próximos anos durante a discussão da reforma.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 23/06/2023*

### **NACIONAL - PÍLULAS DE AFC – UMA RELAÇÃO “GANHA-GANHA”**

Por **MILENA CASTRO** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A ênfase que, nessas nossas “Pílulas Abtra”, estamos dando ao Pucomex não é gratuita. Esse programa é inegavelmente o grande motivador e viabilizador da desburocratização do comércio exterior brasileiro. Pra você ter uma ideia, quando ele estiver totalmente concluído, no final de 2026, de acordo com o cronograma oficial, cada um dos 22 órgãos públicos anuentes terá o seu sistema tecnológico específico integrado a essa plataforma única. A integração vai possibilitar o compartilhamento das informações que dizem respeito à exportação, à importação e ao trânsito de bens entre essas autoridades e os demais setores privados e particulares sobre esses processos. Se a gente tivesse que resumir a essência do Pucomex em poucas palavras, elas seriam: “uma relação ganha-ganha” entre os chamados intervenientes do comércio exterior, que, pra quem não sabe, envolve importadores, exportadores, donos da carga, despachantes aduaneiros, transportadores, agentes de carga, operadores portuários, recintos alfandegados, peritos credenciados e ainda outras pessoas com relação, direta ou indireta, com essas operações. Na próxima semana, pra ilustrar a complexidade do Pucomex, vamos falar de alguns de seus módulos. Até lá!

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 23/06/2023*

### **NACIONAL - EMPRESÁRIOS DO SETOR DE CARGAS PEDEM ALÍQUOTAS REDUZIDAS**

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

Representantes do setor de transporte rodoviário reivindicaram na quarta-feira, dia 21, na Câmara dos Deputados, a inclusão de benefícios para o setor na discussão da reforma tributária. O empresariado pediu uma alíquota reduzida do novo imposto sobre bens e serviços (IBS) para os diversos modais do setor: rodoviário, aquaviário, ferroviário e aéreo.

O presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa, disse que a reforma tributária é essencial para o Brasil voltar a crescer e pediu atenção especial para o setor. “Se o transporte de cargas vier sem crédito de mão de obra e sem crédito de combustível, não vamos ter crédito de nada. Vai haver aumento de carga tributária”, disse.

Vander Costa apontou que o texto em análise pelos parlamentares não é claro sobre a possibilidade de creditamento e ressaltou que os combustíveis são o principal insumo das transportadoras. O setor



rodoviário corresponde pela movimentação de mais de 60% de tudo que é produzido e consumido no Brasil.

### Transporte de carga

Para a consultora tributarista da CNT, Alessandra Brandão, o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), não colocou o transporte de carga entre as alíquotas diferenciadas para algumas áreas. “O transporte é essencial. Não tem como um País evoluir, se desenvolver, se ele não tem um transporte adequado”, declarou.

O deputado presidente da Comissão de Viação e Transportes, Cezinha de Madureira (PSD-SP), concordou com as reclamações e afirmou que o setor precisa do apoio do Governo para se desenvolver. “O empregador tem de estar bem. E, para isso, o Governo federal tem de contribuir nas regulamentações e também naquilo que compete a ele subsidiar”, disse.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 23/06/2023**

## REGIÃO SUDESTE - MUSEU DO PORTO DE SANTOS SERÁ REABERTO

Cerimônia tem a presença confirmada do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Desde o início da pandemia de Covid-19, o Museu do Porto de Santos suspendeu a visitação do público e não reabriu as portas desde então Crédito: Divulgação/APS**

O Museu do Porto de Santos (SP) será reaberto em cerimônia marcada para a próxima segunda-feira, dia 26 às 10h. A Autoridade Portuária de Santos (APS) comunicou que a solenidade terá a presença confirmada do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. O equipamento turístico teve a visitação suspensa em razão da Covid-19 e permaneceu fechado desde o início da pandemia.

De acordo com a APS, as instalações do museu receberam melhorias de reforço estrutural e revitalização externa. Após a cerimônia de reabertura, a partir do dia seguinte, o museu volta ao funcionamento regular, das 9h às 17h, com visitas guiadas a cada meia hora, limitadas a 20 pessoas por vez.

“Quem passar pelo Museu poderá ver mais de 800 peças do acervo, incluindo equipamentos antigos, documentos, pinturas e a locomotiva “Lavoura”, que enfeita a área externa. O casarão onde está instalado foi morada e escritório de Guilherme Weischenk, engenheiro-chefe da antiga Companhia Docas de Santos”, disse o comunicado da APS.

O diretor-presidente Anderson Pomini já havia mencionado nos primeiros dias da gestão, que a reabertura imediata do museu era uma das prioridades na nova diretoria do Porto de Santos.

Desde o início da pandemia, a atração suspendeu a visitação do público e não reabriu as portas desde então. Mesmo após a flexibilidade dos equipamentos turísticos da cidade, o museu nunca chegou a ser reaberto.

Na ocasião, a antiga gestão do Porto de Santos afirmou que realizou o inventário de todo o acervo, com registro fotográfico de mais de 800 itens do museu. Além disso, foi feita a digitalização de mais de 500 negativos fotográficos em vidro.

Além do museu, o Complexo Cultural do Porto de Santos reúne uma biblioteca, com cerca de 3 mil títulos, e uma mapoteca. O complexo foi inaugurado para visitação pública em 1º de setembro de 1989.

Contando com um acervo de aproximadamente 2 mil itens, que inclui documentos, fotografias, instrumentos náuticos e ferramentas, o museu abriga também raridades que preservam e contam os detalhes da história do Porto de Santos.

O Museu do Porto de Santos está sediado nas residências onde viviam os engenheiros da antiga Companhia Docas de Santos (CDS). A partir do imóvel eles chefiavam a construção das primeiras instalações portuárias. Atualmente, o prédio é tombado pela Prefeitura de Santos.

O Museu do Porto de Santos fica na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, esquina com a Rua Conselheiro João Alfredo, no bairro Macuco, em Santos. Quem desejar visitar pode agendar horário pelo e-mail [museudoporto@brssz.com](mailto:museudoporto@brssz.com).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/06/2023

## REGIÃO SUDESTE - DESCONTO DAS TARIFAS PORTUÁRIAS É TEMA DE DEBATE NO PORTO DE SANTOS

Programa discutiu como a medida do Governo pode contribuir para o crescimento do Porto de Santos

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Segundo Rafael Pedrosa, a iniciativa do Ministério de Portos é importante pensando na condição de crescimento escalável do Porto de Santos Crédito: Reprodução/ZR News**

O anúncio do Governo Federal em reduzir as tarifas dos portos de Santos (SP) e Rio de Janeiro foi debatido durante o Programa ZR News, que dedica as quintas-feiras ao

segmento portuário, na rádio Santa Cecília FM (107,7).

O desconto tarifário no Porto de Santos pode chegar a 65%, enquanto que no Rio de Janeiro a redução pode chegar a 95%. O objetivo, segundo o Governo, é aumentar a eficiência do sistema portuário, por meio de modernização e inovação, tornando os terminais públicos mais competitivos, sem perder de vista uma cobrança tarifária justa.

Segundo Rafael Pedrosa, professor e coordenador dos cursos de MBA em Gestão Portuária e Direito Marítimo da Universidade Santa Cecília, a iniciativa do Ministério de Portos é importante pensando na condição de crescimento escalável do Porto de Santos.

“Historicamente, o Porto de Santos sempre foi mais caro que os demais. No passado, por questões políticas e bairrismo, tentavam desarticular São Paulo como grande locomotiva econômica do país. Só que dada a condição geográfica da localização do porto e o fato de estarmos a 50 km do maior centro consumidor da América Latina — e ainda tínhamos também um dos maiores polos industriais da América Latina, situado em Cubatão —, ficava muito difícil combater isso. Ainda que as tarifas fossem mais altas, as operações como um todo eram muito viáveis em Santos. Com o tempo tivemos o surgimento de alguns portos com nível de competitividade muito grande, e começou-se um processo de perda de carga em Santos. Por exemplo, Paranaguá (PR), principalmente no que tange grãos. Muitos escritórios estão saindo de Santos e indo para lá. Essa medida garante protagonismo do Porto de Santos no longo prazo. Vai equilibrar aquilo que com o tempo foi se perdendo”, analisou.

Para Natalie Nanini, jornalista e diretora de jornalismo do Sistema Santa Cecília de Comunicação, a decisão atinge a competitividade portuária dos terminais.

“É planejamento estratégico, e isso é fundamental quando a gente pensa de maneira macro para a nossa economia. Quando um porto não é atrativo e nem competitivo, buscam-se outros portos. A medida é importante quando a gente pensa na soberania dos portos, especialmente na gestão, e da competitividade portuária”, comentou.

### Santos Export

Todas as quintas-feiras o ZR News, com apresentação do jornalista Zerri Torquato, é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. O programa pode ser acompanhado também pelo <https://portalbenews.com.br>

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/06/2023

## REGIÃO NORDESTE - MAIS DE 3 MIL EMPREGOS DEVEM SER ABERTOS ATÉ O FIM DO ANO NO PECÉM

Estimativa é da Associação das Empresas do complexo cearense

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Segundo o estudo, as oportunidades envolvem áreas como setor administrativo, manutenção, produção/operação, logística, vendas, recursos humanos, H2V, entre outras Crédito: Divulgação/Complexo do Pecém**

Até o fim deste ano, 3.342 mil vagas de empregos devem ser abertas pelas companhias que operam no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE). Do total, mil podem surgir ainda neste semestre. A estimativa é da Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do

Pecém (Aecipp).

O presidente da Aecipp, Eduardo Amaral, disse que essas empresas já geram 25 mil empregos diretos e indiretos, e que a demanda por mão de obra segue crescendo.

Segundo o estudo, há perspectivas de chances para o setor industrial e de serviços nas empresas do Complexo do Pecém e as oportunidades envolvem áreas como setor administrativo, manutenção, produção/operação, logística, vendas, recursos humanos, hidrogênio verde, entre outras.

Inclusive, com a produção em larga escala do hidrogênio verde esperada para os próximos anos, o presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo, acredita que cerca de 80 mil novos empregos devem surgir com a cadeia de empreendimentos que a atividade pode gerar.

A associação afirmou que vem realizando ações com o objetivo de incentivar a geração de emprego na região e fortalecer parcerias institucionais, potencializando a atração de mão de obra local.

Entre as iniciativas está o diálogo com instituições, como o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), com o objetivo de preparar a mão de obra para as oportunidades que surgem no complexo portuário.

“É do nosso interesse que as empresas ajudem no desenvolvimento da região do Complexo do Pecém. Por isso, atuamos em conjunto para auxiliar na empregabilidade e estamos em contato com

poder público e entidades de formação para que essas chances sejam aproveitadas”, analisa Eduardo Amaral.

Para ter acesso às oportunidades de emprego e verificar as disponibilidades das vagas, os profissionais podem entrar em contato com o Sine/IDT Pecém e Caucaia, ou acompanhar as ofertas nas redes sociais das instituições, como LinkedIn e Instagram.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 23/06/2023**

## REGIÃO NORTE- ÁREA PORTUÁRIA DE BELÉM SERÁ RESTAURADA

No projeto chamado Porto Futuro II, armazéns serão reformados para receber restaurantes, feiras de economia criativa e mirante

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Com investimento de R\$ 300 milhões, o Porto Futuro prevê o restauro e revitalização dos Armazéns 04, 04-A, 05, 06, 06-A e a remontagem do Armazém 11 Crédito: Divulgação/Governo do Pará**

A área portuária de Belém (PA) vai receber um novo espaço de lazer, chamado Porto Futuro II. A ordem de serviço foi assinada no último sábado (17) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo governador do Pará, Helder Barbalho (MDB).

Na ocasião, Lula oficializou também investimentos em Belém para a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP 30) em 2025 na cidade.

O projeto Porto Futuro prevê o restauro e a revitalização de sete galpões oficialmente cedidos em 2021 pela Companhia Docas do Pará (CDP) ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Cultura (Secult), para atividades econômicas ligadas à cultura, ao turismo, à bioeconomia.

A obra deve começar esse ano e durar 25 meses, num investimento de R\$ 300 milhões.

O projeto prevê o restauro e revitalização dos Armazéns 04, 04-A, 05, 06, 06-A e a remontagem do Armazém 11, totalizando uma área de 50.000 m<sup>2</sup> para usufruto da população. O local receberá restaurantes de gastronomia paraense, feiras de artesanato e espaço para cursos de capacitação.

Haverá também uma praça central com área infantil, estacionamento com 200 vagas para carros e bicicletário. A proposta prevê nove guindastes, sendo que dois serão transformados em mirantes, a transformação do armazém 11 em Memorial da Navegação Amazônica, solicitado pela CDP, e um Memorial da Cultura Popular e Patrimônio Imaterial.

O novo espaço fica próximo às margens do rio Guamá, na avenida Marechal Hermes, centro de Belém, área onde já há o Porto Futuro I, o Terminal Hidroviário de Belém.

### Primeira etapa

A primeira etapa do Porto Futuro foi inaugurada em 2020. O projeto foi planejado pelo governador Helder Barbalho em 2016, quando ele era ministro da Integração Nacional.

A obra custou R\$ 34,5 milhões e entregou um complexo turístico com restaurantes e áreas para realização de eventos, pistas de corrida e ciclismo, banheiros públicos, playground, wi-fi grátis e um lago artificial. O parque recebe 2 mil pessoas diariamente, segundo a Prefeitura.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 23/06/2023**



### OPINIÃO - OS IMPACTOS POSITIVOS DO RATING DA S&P PARA O BRASIL: RUMO AO “INVESTMENT GRADE”



**MARCELO DE SOUZA SOBREIRA**  
Conselheiro, consultor e professor  
em Mercados Financeiro e de Capitais  
[opinio@portalbenews.com.br](mailto:opinio@portalbenews.com.br)



A recente elevação da perspectiva de crédito do Brasil de “neutra” para “positiva”, apresentada pela agência de classificação de risco S&P Global Ratings (S&P), é o tema do artigo de hoje. Iniciarei a abordagem com o conceito de rating soberano, os principais motivadores da alteração e os impactos de curto, médio e longo prazos.

O rating soberano ou risco-país trata da nota de crédito atribuída por uma agência de classificação de risco aos países e reflete a capacidade de honrar suas dívidas. A escala vai de “AAA” até “D”. Portanto, um rating bom (grau de investimento com qualidade alta) ou ruim (grau especulativo e de alto risco) pode afetar o fluxo de investimento estrangeiro e influenciar a visão dos investidores em relação ao país. Atualmente, o Brasil possui o rating “BB-” (grau vulnerável), similar a Bangladesh e África do Sul.

Em 2015, o Brasil perdeu o grau de investimento (investment grade) e isso teve impacto direto no apetite dos investidores institucionais estrangeiros. Apenas em 2019, voltou a ter uma sinalização “positiva”, que foi freada pela pandemia. De lá para cá, vários fatores positivos contribuíram com a decisão da S&P, tais como: a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a aprovação da autonomia do Banco Central e o controle da inflação.

Os principais motivadores da atual alteração de “neutra” para “positiva” do rating do Brasil foram os sinais de maior certeza sobre as políticas fiscais e monetárias estáveis, que devem beneficiar as atuais perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. De acordo com a S&P, o rating reflete a posição externa do Brasil, a política cambial flexível, o regime de política monetária baseado em metas de inflação e a independência da autoridade monetária.

No curto prazo, acredito que também haverá revisão positiva da nota do risco-país do Brasil pelas outras principais agências de classificação de risco: Moodys e Fitch Ratings. A decisão da S&P já surtiu efeito favorável na bolsa de valores (atualmente na faixa dos 115 mil-120 mil pontos) e no câmbio (dólar abaixo da marca de R\$ 5,00). Há economistas que acreditam que o valor justo do Real deveria ser em torno de R\$ 4,50, em relação à moeda norte-americana.

A perspectiva “positiva” indica a possibilidade de elevação da nota em até dois anos. Para tal, o País deverá implementar políticas econômicas pragmáticas, ou seja, conter a vulnerabilidade nas contas públicas (arcabouço fiscal), aumentar as exportações agrícolas (favorecida com a reabertura da China) e iniciar o corte da taxa de juros (atualmente em 13,75% ao ano) nos próximos meses.

Já no médio prazo, uma nova elevação poderá ocorrer com a agenda de reformas (tributária e administrativa), a revisão dos gastos com o funcionalismo público e uma maior velocidade à tramitação de projetos no Congresso.

A melhora do rating para o País também tem reflexo positivo para as empresas brasileiras, seja na captação de recursos para novos investimentos, no alongamento de dívidas ou na expansão dos negócios.

No longo prazo, não tenho dúvidas da volta do tão sonhado e necessário investment grade. Lembro da época em que morei em Singapura, entre 2015 e 2021, quando vários investidores institucionais da região Ásia-Pacífico tinham interesse em comprar títulos de renda fixa de empresas brasileiras, porém, não era possível alocar os ativos em seus portfólios, uma vez que o Brasil não possuía a classificação de risco em grau de investimento.

O processo de recuperação do investment grade é longo, mas terá reflexo positivo nos preços dos ativos e na expansão do mercado de capitais, atrairá mais investimentos para os projetos de logística e infraestrutura do Brasil e, conseqüentemente, contribuirá na geração de emprego e renda para a população brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/06/2023

## NACIONAL – VITRINE - CONFIRA OS BASTIDORES DO NORDESTE EXPORT

# VITRINE



CÂNDICE LA TERZA  
[candice@portalbenews.com.br](mailto:candice@portalbenews.com.br)

Por CÂNDICE LA TERZA [candice@portalbenews.com.br](mailto:candice@portalbenews.com.br)

*Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua Vitrine.*

**Semana agitada por aqui. Coluna especial com cobertura direta de João Pessoa, na Paraíba, onde aconteceram o InfraJur, o Nordeste Export e o lançamento da biografia do presidente do Nordeste Export e consultor da Mercos Shipping, Aluísio Sobreira, que não poderia escolher lugar mais apropriado para celebrar mais este feito.**

### INFRAJUR E NORDESTE EXPORT



A conselheira Jurídica do Brasil Export e também assessora Jurídica do Sindope e dos OGMOS de Recife e Suape, Paula Katarina de Freitas, e o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Celso Peel, minutos após os painéis do InfraJUR, que foi mediado por ela e contou com a participação do desembargador.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Alexandre Luiz Ramos, que participou de painel no InfraJUR, e o presidente da Companhia Docas da Paraíba, responsável pelo Porto de Cabedelo, Ricardo Barbosa, anfitrião do Nordeste Export2023.





Prestigiando o evento na sua terra-natal, a advogada e consultora, Laine Meira, a gerente de Projetos da Stone Consultoria e especialista em Concessões da Metric1, Millena Siqueira, o sócio da Garin Infraestrutura, Denis Franca, e a diretora Jurídica da Future Motion Brasil, Aline Albuquerque. As três são, com orgulho, conselheiras do Brasil Export.

### TIME CODEBA

Parte importante do time da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) marcando presença no Nordeste Export, o gerente de Desenvolvimento de Negócios, Deivson de Sena Pinto, a diretora de Gestão Administrativa e Financeira, Gilmara Temóteo, a diretora-presidente, Ana Paula Calhau, o gerente de Governança e Compliance, Daniel de Carvalho, e o analista portuário, Hilton Ricardo Rodrigues Souza da Conceição.



### RECEBER BEM PARA RECEBER SEMPRE

Alguns dos anfitriões do Nordeste Export reunidos em registro especial para a Vitrine, o vice-governador da Paraíba, Lucas Ribeiro, o vice-presidente do TCU, Ministro Vital do Rêgo, e o vice-presidente da Companhia Docas da Paraíba, Fred Queiroga. Que sucesso de evento, parabéns.

### UM SOL PARA CADA UM EM CABEDELÓ (PA)

Em dia de visita técnica, que foi parte da programação do Nordeste Export (NE), reunidos no Porto de Cabedelo (PA), a assistente da presidência do NE, Rosilene Vieira, o conselheiro do NE, Islano do Nascimento, a assessora Jurídica do Portos do Rio de Janeiro, Raquel Lannes, e o diretor-executivo do Brasil Export, José Vitor Mamede.







## PORTO & ALUISIO, O ETERNO APRENDIZ

O presidente do Brasil Export, Aluisio Sobreira, ladeado pelas duas irmãs Ely e Sílvia Sobreira que aproveitaram para 'briar' o irmão durante o lançamento do seu livro.

Feliz e sorridente, Aluisio com o presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos, e com o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião.



Mais um registro incrível do nosso Aluisio Sobreira, agora ao lado destas incríveis e poderosas mulheres do porto.



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 23/06/2023



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### SANTOS VAI CEDER ÁREAS NO VALONGO PARA ESTACIONAMENTO DE FUTURO TERMINAL DE CRUZEIROS NO PORTO

Informações: Agência Porto (23 de junho de 2023)

O projeto Parque Valongo foi o principal tema de uma reunião realizada nesta terça-feira (20) entre o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, e o prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), na sede da gestora do Porto, no Macuco. Um dos temas abordados foi a viabilização de um estacionamento e um receptivo a passageiros de cruzeiros marítimos, próximos à área projetada para o futuro terminal de cruzeiros, entre os antigos armazéns 1 ao 3, no Valongo. A informação é do Jornal A Tribuna.

Segundo o prefeito, a Administração Municipal está disposta a cooperar por meio da concessão de terrenos para essa finalidade.

“O turismo de cruzeiros é importante para a nossa Cidade e o que a gente vem conversando com o Governo Federal é que a Prefeitura também cederá áreas para a parte de logística, estacionamento de ônibus, carros e o próprio receptivo”.

Rogério reiterou que a Prefeitura tem interesse em um receptivo dentro da área urbana e não no setor portuário, para que os passageiros dos navios tenham a possibilidade de passear pelo Valongo, andar de bonde, frequentar os restaurantes, aproveitar o comércio e visitar a Bolsa de Café.





“Nesse projeto, a Prefeitura entra com a cessão de áreas para construir tanto a parte de estacionamento quanto de receptivo dos passageiros”.

O chefe do Executivo santista disse que esse projeto já é elaborado desde 2022, mas ganhou força nos últimos meses, diante das chegadas de Márcio França ao Ministério de Portos e Aeroportos e de Pomini à APS.

“Que isso tudo ande o mais rápido possível, porque é fundamental para a Cidade e para o turismo nacional quando se fala de cruzeiros marítimos”.

Rogério afirmou que os investimentos nessas intervenções na área urbana do Valongo virão do “pacote de até R\$ 1,6 bilhão, do Governo Federal, a ser destinado à construção do Terminal de Passageiros”. No projeto do Parque Valongo, a Autoridade Portuária ficará responsável pelas áreas dos antigos armazéns 1 ao 3 e o 7, que será dedicado à instalação de um centro de pesquisas. Já à Prefeitura foram cedidos os antigos armazéns 4, 5 e 6, onde será construído o Parque Valongo.

Por sua vez, Pomini ressaltou que, no projeto da transferência do Terminal de Passageiros para o Valongo, a Autoridade Portuária já vislumbrava a necessidade de uma efetiva participação da Prefeitura, “pensando exatamente em como receber os milhares de turistas que farão uso dos serviços do Concais, já que na região atual (Outeirinhos) há um problema seríssimo de estacionamento”.

O Concais, vale lembrar, possui contrato de arrendamento para a gestão do Terminal de Passageiros do Porto de Santos, atualmente localizado em Outeirinhos, até 2038.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 23/06/2023*

## **ANTT VAI REVISAR METODOLOGIA DE CÁLCULO DO PREÇO MÍNIMO DO FRETE**

*Informações: Broadcast Agro (23 de junho de 2023 )*

São Paulo, 23/06/2023 – A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) começa a colher contribuições para revisão da Resolução nº 5.867/2020, que estabelece metodologia e coeficientes dos pisos mínimos do frete. O período para envio de contribuições começou ontem e vai até o dia 21 de julho, informou a ANTT em nota.

A agência lembra que a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas e outorgou à própria ANTT a competência para publicar as normas referentes ao piso mínimo por quilômetro rodado, por eixo carregado, consideradas as especificidades de cada carga.

**“Com a edição da Medida Provisória nº 1.117/2022, transformada na Lei nº 14.445/2022, a Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas (Suroc/ANTT), área técnica que acompanha a metodologia de atualização, identificou a necessidade, para a próxima revisão ordinária, prevista para a publicação de tabela atualizada para 20 de janeiro de 2024, de realização de estudos mais detalhados para aprimoramento da metodologia vigente, incluindo os valores de referência adotados nas planilhas de cálculo tendo como base os valores efetivamente praticados no mercado”, disse na nota.**

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 23/06/2023*

## **FUNDO GLOBAL FARÁ REUNIÃO INÉDITA EM BRASÍLIA PARA DESTINAR US\$ 1,4 BILHÃO AO MEIO AMBIENTE**

*Informações: CNN Brasil (23 de junho de 2023 )*

O conselho do mais antigo e um dos mais importantes fundos de financiamento ambiental do mundo, o Global Environment Facility (GEF), vai fazer uma reunião na semana que vem em Brasília para destinar US\$ 1,4 bilhão (cerca de R\$ 6,7 bilhões) para projetos no setor.



O CEO e presidente do Conselho do GEF, Carlos Manuel Rodríguez, disse, em entrevista exclusiva à CNN, que o dinheiro será alocado para ações contra as mudanças climáticas, para a proteção da biodiversidade, controle da poluição química e plástica e diminuição de resíduos em águas internacionais.

Este será o primeiro grande encontro global sobre meio ambiente organizado no Brasil desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que colocou a defesa do setor como uma prioridade de seu governo.

Nada menos do que 185 países fazem parte do GEF, que foi criado durante a Rio-92, a primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, com a presença dos principais líderes mundiais da época.

A Rio-92 foi a predecessora das COPs, as conferências mundiais sobre o clima que agora acontecem anualmente.

### **Importância do encontro**

Segundo Rodríguez, o encontro deste ano é muito significativo por fatores diferentes.

Em primeiro lugar, pelo ineditismo do local do evento. Esta será a primeira vez que o conselho vai se reunir fora de Washington, nos Estados Unidos, onde fica a sede do fundo. O Brasil foi escolhido para essa reunião histórica justamente por sua importância e relevância no setor.

Em segundo lugar, pelos valores que serão destinados aos países beneficiários. O GEF tem um total de US\$ 5,3 bilhões (mais de R\$ 25,3 bilhões) para distribuir a 136 nações em quatro anos — dos quais o US\$ 1,4 bilhão a ser destinado este ano.

O fundo, no entanto, permite a possibilidade de cofinanciamento dos projetos, com aportes extras de governos e da iniciativa privada. Com isso, Rodríguez estima que mais US\$ 10 bilhões (R\$ 47,8 bilhões) poderão ser destinados aos projetos.

Desse total, o Brasil vai receber, segundo estimativa de Rodríguez, pelo menos US\$ 90 milhões (cerca de R\$ 430 milhões). Mas este valor pode chegar a até US\$ 400 milhões (R\$ 1.9 bilhão) com o cofinanciamento. Além disso, o país será beneficiado com outras cotas relacionadas a projetos regionais e também globais, que envolvem outras nações.

A terceira razão da importância da reunião deste ano diz respeito à aprovação formal do Fundo Global de Biodiversidade, cuja criação foi recomendada na última Conferência sobre Biodiversidade, a COP15, em Montreal, no Canadá, no fim do ano passado.

Este será o primeiro fundo global destinado exclusivamente à proteção da biodiversidade – similar aos fundos destinados a combater as mudanças climáticas.

Na COP15 da biodiversidade, ficou determinado que o GEF administraria o novo fundo.

Rodríguez admite que há muita divergência entre os países membros sobre as regras que se aplicarão ao novo fundo, mas está otimista com o possível resultado das discussões.

***“Em alguns casos, as posições são bastante antagônicas. Mas a história do conselho do GEF está associada a consensos em comum acordo e não acho que esses serão a exceção”, diz ele.***

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**  
**Data: 23/06/2023**



### **AUTORIDADE PORTUÁRIA REABRE, NA SEGUNDA-FEIRA (26/6) O MUSEU DO PORTO DE SANTOS**

*Informações: Autoridade Portuária de Santos (23 de junho de 2023 )*

Na segunda-feira (26 de junho), a Autoridade Portuária de Santos (APS) realiza, às 10 horas, cerimônia para reabertura do Museu do Porto de Santos, com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. A atração teve suspensa sua visitação, como prevenção à covid-19 e estava fechada desde o início da pandemia.

As instalações do Museu receberam melhorias de reforço estrutural e revitalização externa. A partir de terça-feira (27), o Museu volta ao funcionamento regular das 09h às 17h, com equipe dedicada e visitas guiadas a cada meia hora, limitadas a 20 pessoas por vez.

Quem passar pelo Museu poderá ver mais de 800 peças do acervo, incluindo equipamentos antigos, documentos, pinturas e a locomotiva “Lavoura”, que enfeita a área externa. O casarão onde está instalado foi morada e escritório de Guilherme Weischenk, engenheiro-chefe da antiga Companhia Docas de Santos.

O Museu do Porto de Santos fica na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, esquina com Rua Conselheiro João Alfredo, bairro Macuco, em Santos. Quem desejar visitar pode agendar horário pelo e-mail [museudoporto@brssz.com](mailto:museudoporto@brssz.com).

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 23/06/2023*

### **BTP SELECIONA PROJETOS SOCIAIS PARA PATROCÍNIO EM 2024**

*Informações: BTP (23 de junho de 2023 )*

A Brasil Terminal Portuário (BTP) está com inscrições abertas para seleção de projetos sociais aprovados em leis de incentivo fiscal. O objetivo da empresa é patrocinar iniciativas destinadas, preferencialmente, a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social da Baixada Santista, por meio de ações nas áreas de cultura, educação, esporte, meio ambiente e saúde.

Todas as instituições de direito privado sem fins lucrativos, que estejam devidamente regularizadas e com projetos aprovados em leis municipais ou federais de incentivo fiscal, podem participar. As inscrições do Edital para Seleção de Projetos Aprovados em Leis de Incentivo Fiscal da BTP vão até 14 de agosto e devem ser realizadas pelo site: [www.btp.com.br/patrocínios](http://www.btp.com.br/patrocínios)

As propostas serão analisadas em duas etapas e deverão ser validadas pelo Comitê de Responsabilidade Social da BTP. O resultado será divulgado ainda neste ano, a partir de outubro. As iniciativas aprovadas receberão o patrocínio da BTP, o maior terminal de contêineres da América do Sul, já em 2024.

Neste ano, a BTP aportou cerca de R\$ 3 milhões no patrocínio de 19 ações, com impacto social de mais de mil pessoas.

Contribuição social na prática – Dentre as iniciativas que recebem o patrocínio da BTP, uma das mais antigas é o Gotas no Judô, projeto que atende cerca de 80 crianças e adolescentes, entre 6 e 17 anos, da cidade de Santos.

“Apenas em 2022, participamos de 44 competições e conquistamos mais de 130 medalhas, inclusive uma internacional. O nosso judoca, Felipe Freire, foi o campeão Pan Americano de Judô Sub 13”, revela o sensei do Gotas no Judô, Anderson Fonseca.

O diretor Comercial e Marketing da BTP, Claudio Oliveira, explica que a Empresa apoia o projeto há mais de sete anos.

“Esse é o resultado de apenas um dos 19 projetos que nós patrocinamos e demonstra, na prática, o potencial de contribuição social permitido pelas leis de incentivo fiscal”, reforça.

### Sobre a BTP:

Em operação desde 2013, a BTP – terminal privado de uso público – se consolidou como o maior terminal de contêineres da América do Sul. Localizada no Porto de Santos, a Empresa foi responsável pela remediação de um dos maiores passivos ambientais do País e, atualmente, possui capacidade de movimentação anual de 1,5 milhão de TEU. Com 1.108 metros de cais, preparado para receber três navios da new panamax class simultaneamente, o terminal atende embarcações com rotas para todos os continentes, além de serviços de cabotagem e feeder. Joint-venture entre a Terminal Investment Limited e a APM Terminals, a BTP detém as certificações internacionais OEA (Operador Econômico Autorizado), ISO 9001:2015 (Qualidade), ISO 14001:2015 (Meio Ambiente) e ISO 45001:2018 (Segurança e Saúde Ocupacional).

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 23/06/2023*



## AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### MME ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA PRORROGAÇÃO DE CONCESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo é receber contribuições sobre a prorrogação de concessões de 20 distribuidoras de energia elétrica que vencem entre 2025 e 2031

*Por epbr 23 de junho de 2023 Em Política energética, Setor elétrico*



**Posse de Alexandre Silveira, como ministro de Minas e Energia (Foto: Tauan Alencar/MME)**

O Ministério de Minas e Energia (MME) abriu nesta quinta-feira (22/6) a Consulta Pública 152/2023 para receber contribuições sobre a prorrogação de concessões de 20 distribuidoras de energia elétrica que vencem entre 2025 e 2031.

De acordo com o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, as propostas devem incluir cláusulas que permitam flexibilidade “diante dos avanços futuros do serviço de distribuição de energia elétrica”. Além disso, as propostas devem sugerir contrapartidas sociais relacionadas ao serviço por parte das concessionárias.

“Essas contrapartidas sociais devem visar a melhoria na qualidade do atendimento aos brasileiros e brasileiras. Elas devem buscar a eficiência energética e, principalmente, os benefícios à população com aumento dos investimentos por parte das distribuidoras para melhorar a qualidade dos serviços do segmento de distribuição”, explicou o ministro.

Toda quinta-feira, uma cobertura especial do mercado de gás natural, do suprimento ao consumo

Os interessados podem enviar suas propostas até o dia 24 de julho através do Portal de Consulta Pública do MME. Após o encerramento da consulta, o MME elaborará um normativo que estabelecerá as condições para a prorrogação das concessões vencedoras. A ideia é que essas



diretrizes também orientem os novos contratos de concessão, promovendo previsibilidade e estabilidade ao setor elétrico.

As distribuidoras têm perdido mercado nos últimos anos em função do rápido crescimento da geração distribuída, que já soma mais de 21 GW de capacidade instalada, quase toda solar fotovoltaica. Em maio deste ano, por exemplo, os microgeradores e minigeradores produziram 3.487 MW médios. Sem isso, o aumento da demanda do mercado regulado seria de 6,8% no mês, ante os 3,4% efetivamente registrados, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

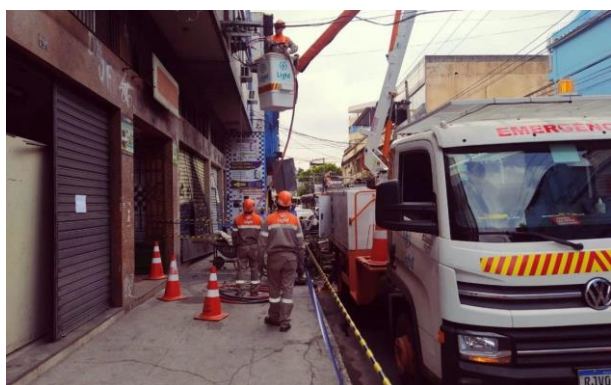
*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 23/06/2023*

## RODRIGO BRANDÃO SERÁ NOVO PRESIDENTE DA DISTRIBUIDORA LIGHT SESA

Ele substitui Thiago Freire Guth, que renunciou esta semana

*Por epbr 23 de junho de 2023 Em Empresas, Setor elétrico*



*Técnicos da Light atuando para restabelecer a energia em parte danificada da rede elétrica na região de Duque de Caxias, Baixada Fluminense (Foto: Divulgação/PMSJM)*

O conselho de administração da Light elegeu nesta quinta-feira (22/6) Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão como novo presidente da distribuidora Light SESA, que atua em 31 municípios, incluindo os da Região Metropolitana do Rio e o Vale do Paraíba.

Ele vai ocupar o cargo deixado por Thiago Freire Guth, que renunciou na última segunda-feira (19/6) e vai deixar a empresa no dia 30 de junho.

Brandão assume a partir de 20 de julho oficialmente o mandato, que tem duração prevista até 31 de agosto de 2024. Ele também foi eleito membro do conselho de administração da Light Energia, na vaga ocupada anteriormente por Thiago Guth.

Até o dia 19 de julho, a empresa comunicou que o diretor da Light SA Carlos Vinicius de Sá Roriz vai ocupar a presidência da distribuidora Light SESA interinamente.

Na reunião, o conselho de administração elegeu também Valdir Gomes Barbosa Sobrinho como diretor sem designação específica da Light Energia. Ele já era diretor estatutário da empresa desde o ano passado.

### Veja como ficam as diretorias das empresas:

#### Light SESA

- Diretor-Presidente: Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão
- Diretor de Relações com Investidores: Eduardo Guardiano Leme Gotilla
- Diretor sem designação específica: Carlos Vinicius de Sá Roriz

#### Light Energia

- Diretor-Presidente: Alexandre Nogueira Ferreira
- Diretor de Relações com Investidores: Eduardo Guardiano Leme Gotilla
- Diretor sem designação específica: Carlos Vinicius de Sá Roriz
- Diretor sem designação específica: Valdir Gomes Barbosa Sobrinho

### Crise da Light

O Grupo Light está em recuperação judicial e passa por uma grave crise financeira, puxada pelo mau desempenho da distribuidora Light SESA, que sofre com altos índices de inadimplência e furto de energia. Com uma dívida de mais de R\$ 11 bilhões, a empresa já teve até a renovação da concessão ameaçada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 23/06/2023*



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### COORDENADOR DA REFORMA TRIBUTÁRIA DEFENDE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA APENAS PARTE DOS SERVIÇOS

Reginaldo Lopes (PT-MG) diz que a Câmara irá debater caso a caso. Reuniões com empresários ocorrerão ao longo da semana que vem

*Por Victoria Abel*



Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) lê relatório da reforma tributária Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

O coordenador da reforma tributária na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG), negou a possibilidade de atender todo o setor de serviços com uma alíquota reduzida na proposta. Reginaldo destacou que os tratamentos diferenciados se direcionam a produtos ou segmentos específicos. Ele afirmou que modificações no substitutivo serão debatidas ao longo da próxima semana.

— Para quem seria a alíquota reduzida? Hotéis? Os serviços essenciais e de cadeia curta aplicamos a alíquota reduzida. Não existe a possibilidade de alíquota diferenciada para um setor como um todo. Tratamento diferenciado será para o produto. Alíquota não é do setor, alíquota é do cidadão, do consumidor. Setor não paga imposto sobre consumo — disse Reginaldo.

O texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) traz uma alíquota reduzida em 50% para os segmentos de serviços de educação, saúde, dispositivos médicos, medicamentos, serviços de transporte coletivo, produtos agropecuários, alimentos, produtos de higiene e atividades artísticas e culturais nacionais.

O líder do PSB, Felipe Carreras, defende que o turismo também entre no regime de taxa diferenciada.

— Acho que a cultura e turismo tem que ter um regime especial — afirmou Carreras.

Já o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), autor do texto inicial da reforma tributária, ressalta que o setor de serviços ganhará com o crescimento econômico como um todo e haverá aumento de consumo após a aprovação do novo sistema de impostos.

— O efeito positivo da reforma na economia vai se refletir em consumo muito maior de serviços — argumentou Baleia.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/06/2023*

## DA LENTIDÃO DO FOCUS À FRASE FINAL DA DECISÃO DO COPOM, O QUE ALIMENTA A APOSTA EM CORTE DE JUROS EM AGOSTO

Entenda as razões pelas quais, a despeito do comunicado conservador do Banco Central, muitos economistas ainda acreditam em queda da Selic na próxima reunião

*Por Maeli Prado*



***Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública para ouvir o presidente do Banco Central Pedro França/Agência Senado***

Apesar da ausência do esperado sinal de que o Banco Central iniciará em breve o seu ciclo de cortes nos juros, boa parte dos economistas continua acreditando que o Copom reduzirá a Selic quando chegar a próxima reunião do comitê, em agosto.

O conservadorismo do comunicado desta semana foi considerado sem sentido por governo, indústria, varejo

e até por uma parte do mercado financeiro.

Então por que as apostas em uma queda em agosto, quando os juros em 13,75% ao ano farão aniversário, se mantém? Para se ter uma ideia, uma pesquisa feita pela XP com fundos de investimento após a decisão mostrou que 52% deles continuam acreditando em corte.

### **Lentidão do Focus em refletir as expectativas**

Há algumas razões para isso, e uma delas é curiosa: a lentidão dos economistas ouvidos semanalmente pela pesquisa Focus, do BC, em atualizar suas projeções para a economia no sistema da instituição.

Tanto que muitos economistas acreditam que, quando o Copom se reunir de novo, daqui a pouco mais de um mês, a expectativa para o IPCA do ano que vem já estará bem abaixo de 4% (que é o número atual). E mais perto da meta de 3%.

- Muita gente acredita que está contratada uma redução da expectativa de inflação do Focus em algumas semanas – explicou Ivo Chermont, economista-chefe da Quantitas, ao blog. - É claro que o BC não pode trabalhar com estimativas informais. Mas o fato é que o Focus demora um pouco para ser atualizado.

Chermont explica que parte dos especialistas deixa para inserir suas projeções atualizadas no sistema na data limite (ou data crítica, que é o termo técnico) para que essas expectativas sejam levadas em conta para o Top 5 do Banco Central, que calcula os bancos e corretores que mais acertam as previsões.

Esta sexta, por exemplo, é uma data crítica.

Isso é importante porque um dos principais pontos que o Copom leva em conta para decidir os juros é exatamente a expectativa do mercado para indicadores como inflação, juros, PIB e dólar (a razão é que uma decisão sobre taxa de juros tomada hoje só terá impacto muitos meses à frente).

Na avaliação de Chermont, o BC pode ter dado o recado de forma mais conservadora exatamente para reduzir ainda mais as projeções para a inflação, o que permitirá um ciclo mais intenso ou mais rápido de queda da Selic à frente.

- O Banco Central não é o lobo mau que quer assustar criança. Eles olham parâmetros e trabalham para colocar a inflação na meta – ponderou o economista. - O recado pode ter sido propositalmente mais conservador para criar condições que criem uma queda mais intensa ou rápida lá na frente.



Ele lembra que há um comparativo feito pelo BC e pelo Itaú das condições da economia, inflação e atividade em momentos de início de ciclos de corte da Selic.

- Quando se olha os últimos quatro ciclos, as condições de hoje são piores para redução de juros.

### **Indicadores continuarão melhorando**

Além dessa demora do Focus em refletir a realidade das expectativas, o fato é que a avaliação atual é que os indicadores continuarão a melhorar nas próximas semanas, o que dará segurança ao BC para iniciar o ciclo de afrouxamento da Selic.

A tendência cada vez mais é de desaceleração da inflação (é só lembrar que a última prévia do IGP-M mostra queda de 6,72% em 12 meses) e atividade cada vez mais fraca, pelo menos na parte da economia que não está sendo impulsionada pela safra recorde de grãos prevista para este ano. O indicador de atividade do Itaú Unibanco, por exemplo, apontou para um recuo de 1,3% em maio.

- É claro que o BC não pode trabalhar com estimativas informais – afirmou Chermont. - Mas muita gente olha os dados e conclui que tem uma série de coisas acontecendo que permitirão ao BC cortar os juros lá na frente.

### **Frase do comunicado entreabre a porta para um corte**

Parte dos economistas aposta em um corte de juros já no próximo encontro do Copom por causa do trecho final do comunicado da decisão desta semana, em que o comitê diz que acompanhará os próximos dados de inflação e de expectativas.

Como a avaliação é que os dados e expectativas continuarão a melhorar, como explicado acima, o mais provável seria que há espaço para redução.

- [O Copom] relembra que os passos futuros da política monetária dependerão da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos - diz o comunicado.

Na linguagem complicada dos bancos centrais, o comitê estaria apontando que, se os próximos dados de inflação e atividade econômica continuarem vindo positivos, há espaço para corte.

- O Copom não sinalizou explicitamente ou implicitamente um corte no encontro de agosto - avaliou o economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, que acredita em corte na reunião de agosto ou sinalização de redução em setembro. - Mas ao adotar uma posição mais neutra e dependente de dados, apontou que a inflação, expectativas e balanço de riscos continuam a melhorar.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/06/2023*

## **O ESTADO DE S. PAULO**

### **O ESTADO DE SÃO PAULO - SP**

#### **COMO O NOVO PLANO DIRETOR DE SP VAI MUDAR SEU BAIRRO? VEJA MAPA INTERATIVO ATUALIZADO**

Ferramenta mostra projeção do Arq.Futuro/Insper dos locais que poderão receber prédios mais altos caso revisão seja aprovada; expectativa é de votação na Câmara na segunda-feira

*Por Priscila Mengue*





Uma das leis com mais impactos na cidade, o Plano Diretor de São Paulo está em fase final de revisão e deve ser aprovado em votação definitiva na segunda-feira, 26, na Câmara Municipal. A mudança abrange uma série de normas que mudam a paisagem e o dia a dia de grande parte dos paulistanos, com padrão e distribuição diferentes de novos prédios e transformações nos bairros.

A proposta divide opiniões entre urbanistas, associações de moradores, setor imobiliário e parlamentares. O texto final foi entregue na noite de quarta-feira, 21, pelo relator do projeto, o vereador Rodrigo Goulart (PSD), e apresenta diversas mudanças em relação ao que foi aprovado em primeira votação, em 31 de maio. Os vereadores que lideram a revisão têm dito que não serão feitas mais mudanças no texto.

Após aprovado, o projeto será enviado para promulgação pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), cuja base de vereadores apoia as mudanças. Há a possibilidade que ele vete alguns trechos, porém não houve sinalização recente sobre isso envolvendo o texto atual.

Os impactos previstos envolvem especialmente as quadras perto de metrô, trem e corredor de ônibus, mas também envolvem outros locais da cidade. O Estadão ouviu especialistas sobre o tema nas últimas semanas e explica a seguir algumas das principais mudanças.

### **Moro perto de estação de metrô, trem ou corredor de ônibus. O que pode mudar?**

Quadras próximas da maioria das estações de trem e metrô e de corredores de ônibus são as que mais recebem incentivos municipais atrativos para o mercado imobiliário. Nesses locais, os “eixos” de transporte, há isenções de parte das taxas e a aval para edifícios sem limite de altura, por exemplo.

Com o Plano Diretor atual, de 2014, essas áreas passaram a concentrar mais da metade dos apartamentos lançados na cidade. A transformação é maior sobretudo em bairros de classes média e alta, como Brooklin (zona sul), Butantã e Pinheiros (oeste), onde casas, sobrados e outros imóveis mais horizontais e de menor porte têm sido substituídos por prédios altos.

Desde 2014, o objetivo da lei é ampliar a população que mora perto dos equipamentos e usa o transporte coletivo de massa. Assim, seriam reduzidos os longos deslocamentos pela cidade. A proposta original também busca aproximar as pessoas de onde há mais empregos, serviços e comércio.

Na prática, contudo, ainda não há estudos suficientes para identificar se a lei conseguiu alcançar o objetivo, ainda mais diante do boom de microapartamentos e volume de empreendimentos de alto padrão em parte desses endereços. Além disso, a nova versão do plano tem regras que incentivam apartamentos maiores e com mais de uma vaga de garagem, o que pode atrair uma população que não vá de fato utilizar o transporte coletivo, segundo pesquisadores do tema ouvidos pelo Estadão.

Se aprovado, o Plano Diretor revisado permitirá a expansão desses eixos. Para funcionar na prática, esse aumento está condicionado ainda a mudanças no zoneamento, que será revisado pela Câmara neste ano. Portanto, não entrará em vigor imediatamente após ser promulgado pelo prefeito.

O raio de influência das estações de metrô e trem aumentaria de quadras localizadas inteiramente a até 600 metros para quadras alcançadas por um raio de 700 metros. Isto é, contemplará quadras inteiras mesmo que a área de influência alcance apenas um pequeno trecho. Já, no entorno de corredores de ônibus, a expansão passaria de até 300 metros para quadras seccionadas por um raio de 400 metros.

Os incentivos envolvem a maioria dos locais próximos de trem, metrô e corredor de ônibus, mas não todos, pois alguns dependem de projetos próprios, os PIUs. Além disso, há alguns zoneamentos na cidade que impedem a influência dos eixos, mesmo que próximos do transporte.

Hoje, o raio de influência dos eixos não incide em alguns zoneamentos da cidade, como de Zonas Exclusivamente Residenciais, de Ocupação Especial e Especiais de Preservação Ambiental, por

exemplo. Nesses locais, o limite de altura varia, mas não passa de 10 metros, e há outras restrições e regras menos atrativas para o mercado imobiliário.

O texto final amplia essas “zonas de exceção” previstas no Plano Diretor, embora algumas já estivessem com restrição desde 2016, por causa da Lei de Zoneamento. Uma delas é a Zona Predominantemente Residencial, que abrange núcleos de casinhas e sobrados presentes em alguns pontos da cidade. Com a inclusão desses locais no novo texto do Plano Diretor, há uma garantia que não poderão ter as características horizontais transformadas pela revisão do zoneamento, que ocorrerá nos próximos meses.

### Quais áreas que podem ganhar prédios mais altos?

Os lotes que poderão ser verticalizados sem limite de altura e com incentivos para atrair o setor imobiliário estão no mapeamento interativo abaixo. O mapa contempla uma projeção do Laboratório Arq.Futuro de Cidades do Insper sobre a expansão permitida para os eixos, que poderá chegar a um aumento de 148%.

A maioria da ampliação dependerá de aval da Lei de Zoneamento, que será revisada nos próximos meses pela Câmara. No caso de eixos no entorno do chamado “Arco Tietê”, serão oficialmente ativados pelo Plano Diretor com a promulgação, por isso, alguns locais não tinham áreas de verticalização e/ou terão um aumento mais expressivo que a média, como a Lapa.

O mapa interativo até o momento não inclui as vilas, pois não há uma base de dados oficial com todas as que existem na cidade. O projeto prevê que esses conjuntos não sejam transformados em eixo mesmo quando localizados perto de transporte. Uma zona de exceção semelhante também foi criada para o Bixiga, como é assinalado no mapa. Confira como a expansão pode mudar o seu bairro:

### Plano Diretor

Projeto facilita expansão de prédios sem limite de altura para quadras alcançadas por raio de 700 m (metrô e trem) e 400 m (corredor de ônibus); veja projeção do Arq.Futuro/Insper

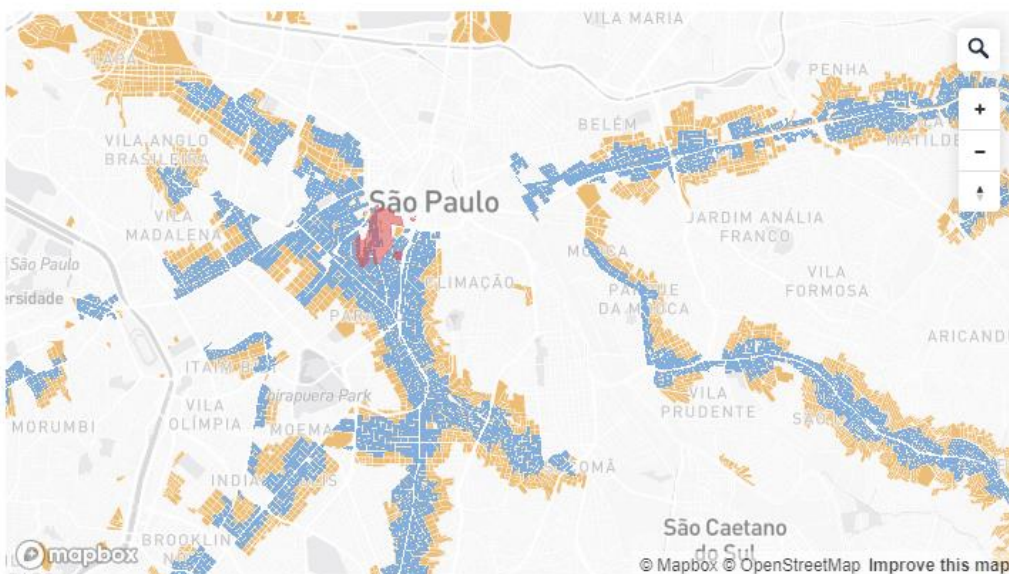
■ ÁREAS ATUAIS ■ ÁREAS DE EXPANSÃO ■ PERÍMETRO HISTÓRICO DO BIXIGA (PROJETO VETA EIXOS NESTA ÁREA)

Nota 1: O mapa não contempla o trecho do projeto que exclui as vilas dos eixos de verticalização

Nota 2: Zonas exclusivamente residenciais e outras áreas de exceção não podem virar eixo mesmo quando próximas de transporte

Fonte: Arq.Futuro/Insper

ESTADÃO



**Moro no “centrinho” ou miolo do bairro, longe de metrô ou corredor de ônibus. O que muda?**

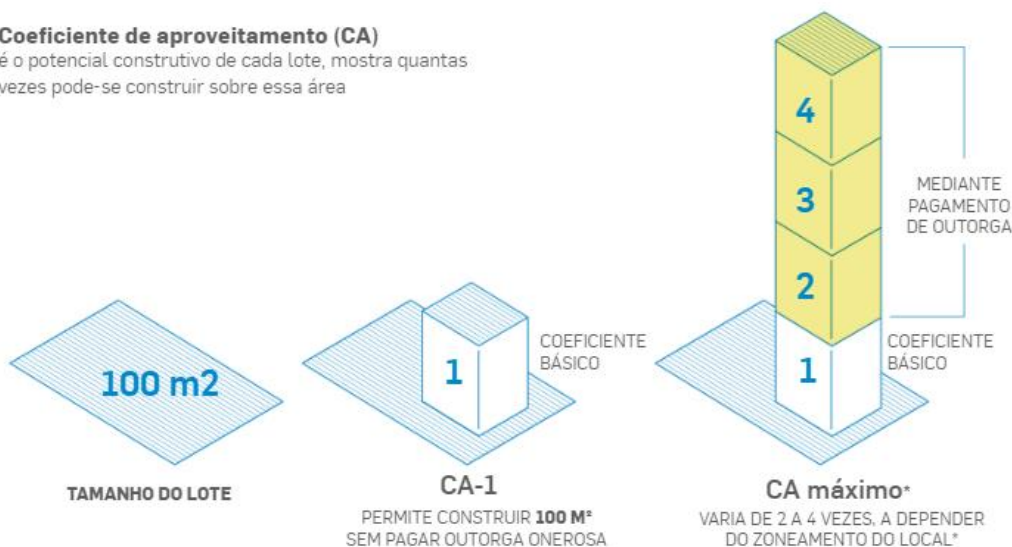
A revisão do Plano Diretor também discutiu mais mudanças no interior dos bairros, os chamados “miolos”, porém a principal alteração foi retirada do texto final após críticas. A proposta removida permitia edifícios com um maior volume construtivo. Enquanto o limite é hoje de duas vezes a metragem do terreno, ele seria ampliado para até três vezes, porém não está mais no projeto.

### Outorga Onerosa

Taxa é cobrada das empresas quando constroem acima do coeficiente básico, que é de uma vez a área do terreno em toda a cidade

#### Coeficiente de aproveitamento (CA)

é o potencial construtivo de cada lote, mostra quantas vezes pode-se construir sobre essa área



\* Cálculo não inclui a chamada “área não computável”, como parte do comércio do térreo e outras características construtivas incentivadas pelo Plano Diretor

ESTADÃO #1

Fonte: PMSP

### Moro em distritos próximos da Marginal do Tietê. Como a nova versão do Plano Diretor vai impactar?

O projeto prevê que os imóveis próximos a metrô, trem e corredor de ônibus na região do Rio Tietê passem a ter incentivos construtivos para a verticalização, como construir sem limite de altura e com volume de até quatro vezes a metragem do terreno. Alguns exemplos são as Estações Carandiru, Santana e Portuguesa-Tietê, da Linha 1-Azul, e Lapa e Piqueri, da Linha 7-Rubi.

Na prática, a mudança pode atrair o setor das incorporadoras, como é visto em outras partes da cidade, por envolver locais com incentivos municipais à verticalização. Esses “eixos” de transporte não estão oficialmente ativados, porque o Plano Diretor previa um projeto específico para essa área, o Arco Tietê, que deveria ser avaliado pelos vereadores.

Como a Prefeitura não cumpriu todos os ritos no prazo exigido, esses locais passarão a receber oficialmente os incentivos até o Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Arco Tietê ser entregue (o novo prazo será 2024) e aprovado pela Câmara (sem data máxima fixada). A mudança envolve as quadras a até 600 metros de estação de trem e metrô e a até 300 metros de corredor de ônibus.

As demais partes da vizinhança não serão impactadas inicialmente, mas outro trecho do Plano Diretor revisado facilita a extensão desses eixos para quadras alcançadas por um raio a até 700 metros de estações de metrô e trem e a até 400 metros de corredores, respectivamente. Para passar a valer de fato, essa expansão dependerá da aprovação de mudanças de outra lei, a do zoneamento. A Câmara deve votar esse outro texto nos próximos meses.





**Plano Diretor facilita que trechos do entorno da Estação Vila Madalena ganhem prédios mais altos, por exemplo**  
**Foto: Taba Benedicto/Estadão**

**Moro perto de um espaço público concedido ou que será concedido à iniciativa privada. Algo vai mudar?**

A nova versão para o Plano Diretor criava um novo tipo de zoneamento na cidade: as zonas de concessões (sigla ZCP). Essa classificação abrangeria as áreas públicas concedidas ou que serão concedidas à iniciativa privada, com regras específicas, porém foi

retirada do texto final após críticas.

**O Plano Diretor vale para toda a cidade? Como ficam Vila Leopoldina, Santo Amaro e outros locais que têm projetos específicos?**

O Plano Diretor incide sobre toda a cidade, mas determina que algumas áreas consideradas subutilizadas recebam projetos e regramentos diferenciados, a fim de estimular ainda mais as transformações. Essas normas e incentivos mais específicos integram os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), voltados a distritos próximos dos principais rios da cidade, como Tietê, Pinheiros, Jurubatuba e Tamanduateí.

Dois PIUs foram aprovados nas últimas semanas. Um deles é o PIU Arco Jurubatuba, com incentivos para incentivar a verticalização de parte de Santo Amaro, Interlagos e Vila Andrade, além de propor outras mudanças na região.

O outro é o PIU Vila Leopoldina, que envolve mudanças em quadras entre a Ceagesp e o Parque Villa-Lobos, inclusive com a abertura de vias e a destinação dos moradores das favelas locais à habitação para baixa renda.



**Mudança no Plano Diretor facilita verticalização de imóveis a até 1 quilômetro de estação de metrô, como em trechos da Rua Herculano, na zona oeste**  
**Foto: Taba Benedicto/Estadão**

**A mudança no Plano Diretor tem alguma regra nova para as vilas?**

Sim. A revisão do Plano Diretor prevê que as vilas não possam ser consideradas eixos de verticalização mesmo quando localizados perto de estações de trem e metrô e de corredores de ônibus. Isso impede a construção de prédios sem limite de altura e torna os

locais menos atraentes para a construção de edifícios altos.

No caso das vilas, a mudança proposta abrange os locais oficialmente considerados como vilas, o que é definido desde 2022 por resolução da Câmara Técnica de Legislação Urbanística (CTLU) – ligada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. “(São) Assim consideradas aquelas constituídas em agrupamento de construções residenciais realizadas em conjunto com abertura de passagem que não tenham origem em arruamento aprovado, e sem a instituição de condomínio”, diz o documento.

Essa definição engloba as vilas que se enquadram em ao menos uma de quatro condições. Uma delas é a descrita pela Lei de Zoneamento, de 2016. Ela é: “conjunto de lotes fiscais, originalmente destinados à habitação, constituído de casas geminadas, cujo acesso se dá por meio de via de circulação de veículos de modo a formar rua ou praça no interior da quadra com ou sem caráter de logradouro público”.



Caso não se encaixe nesse entendimento, o conjunto ainda pode ser reconhecido como vila se for considerado como tal por: uma decisão judicial com trânsito em julgado; o Cartório de Registro de Imóveis até 16 de dezembro de 1985; a Prefeitura até 16 de dezembro de 1985.

Uma mudança direta na manutenção de vilas pode ser feita também na revisão da Lei de Zoneamento, que será enviada para a Câmara em breve. Entre as mudanças propostas pela gestão Nunes, estão o aumento no limite de altura de imóveis perto de vilas, de até 15 metros para 28 metros nos “centrinhos de bairro” (onde há amplo comércio) e nas áreas de interesse social (onde vive população vulnerável, como cortiços).

A altura de até 28 metros hoje é permitida apenas nos vizinhos de vilas perto de estações de metrô, acessos de trem e corredores de ônibus. Outra alteração na lei que facilita o avanço da verticalização junto às vilas é a liberação para que terrenos vizinhos sejam anexados ao que antes era a vila se ela for totalmente demolida. Hoje, é proibido unir terrenos de vilas aos dos vizinhos.



**Rua Oscar Caravelas (foto) está entre locais que poderão se tornar mais verticalizados se mudança no Plano Diretor for aprovada Foto: Taba Benedicto/Estadão**

### **Moro no Bixiga, há alguma regra específica para esse bairro?**

Sim. O texto final incorporou também parte das sugestões propostas nas audiências públicas e para a sociedade civil para a proteção do Bixiga, no centro. Os novos trechos adicionados impedem que o perímetro tombado do bairro seja considerado como eixos de verticalização mesmo quando localizados perto de

estações de trem e metrô e de corredores de ônibus. Isso impede a construção de prédios sem limite de altura.

O objetivo é reduzir a atratividade do bairro histórico para o setor das grandes incorporadoras. A proteção é temporária até ser formulado um projeto de lei específico para a área, que “deverá incluir articulação com políticas habitacionais que garantam a manutenção da população residente e do perfil racial deste perímetro, usando como parâmetro o perfil racial do último censo”, segundo o texto final da revisão.

O perímetro que exclui o Bixiga do eixo é o mesmo da área envoltória do tombamento do bairro – datado de 2002, que veta a demolição de imóveis históricos e autoriza obras nos demais, desde que mediante autorização do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Não há um veto hoje em vigor para que as quadras no bairro em área de eixo recebam prédios sem limite de altura, o que passará a valer se mudança for aprovada e promulgada.

### **O entorno do Mirante de Santana vai verticalizar?**

Não. O trecho que revogava a lei que veta a verticalização no entorno do Mirante de Santana, na zona norte, também foi retirado. Na versão já votada, os parlamentares haviam incluído um artigo que colocava fim a uma lei dos anos 1970 que veta prédios altos, a fim de não interferir nas aferições climáticas da única estação do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) na capital paulista. Ou seja, as regras para esse local seguirão as mesmas de hoje.

### **As mudanças são definitivas? O que falta para entrarem em vigor?**

O texto final do projeto de lei no Plano Diretor passará por audiências públicas nesta sexta-feira, 23, e na segunda-feira, 26, horas antes da votação definitiva. Os vereadores que lideram a revisão declararam diversas vezes nos últimos dias que novas alterações não serão acatadas após a veiculação da versão final, o que ocorreu na quarta-feira, 21.



Depois, a revisão será enviada para promulgação do prefeito. Ele poderá vetar totalmente o projeto, acatar todo o conteúdo ou aprovar com vetos a alguns trechos. A base do governo apoia o substitutivo.

A revisão do Plano Diretor estará em vigor ao menos até 2029. Nesse prazo, é previsto que a Prefeitura proponha uma nova versão, para discussão no Legislativo.

### **As novas regras vão atingir imóveis já licenciados ou vendidos na planta?**

Não. Os projetos de empreendimentos imobiliários costumam obter as licenças na Prefeitura meses ou até anos antes do início da obra. Nesses casos, incide o “direito de protocolo”, de modo que as transformações propostas no Plano Diretor levarão anos para ficarem mais evidentes na cidade.

### **O Plano Diretor vai mudar as regras de vaga de garagem?**

A nova proposta traz mudanças para a construção de vagas de garagem perto de metrô, trem e corredor de ônibus. Hoje, nesses locais, é permitido construir um espaço para carros para cada apartamento sem que ele seja considerado “área computável”. Isto é, fica isento do pagamento da taxa de outorga e não incide no volume construído máximo do edifício.

Com a mudança, será permitido uma vaga “grátis” para cada unidade de ao menos 30 m<sup>2</sup> ou a cada 60 m<sup>2</sup> de área privativa.

Levantamento do Insper estima que a nova regra pode aumentar o total de vagas perto dos eixos em cerca de 12%. Um exemplo simulado aponta que permitiria que empreendimentos com unidades medianas (de 60 m<sup>2</sup> a 80 m<sup>2</sup>) tenham até 33% mais vagas do que hoje.

### **Outras alterações foram feitas no texto final do projeto?**

Várias mudanças foram realizadas no texto final do projeto. Duas que chamaram a atenção são a que dá isenção de ISS a estádios do Corinthians, do Palmeiras e do São Paulo e a que permite a destinação de parte do fundo prioritário de habitação e mobilidade para obras de recapeamento e pavimentação. Há dezenas de outras alterações.

### **Quais são as opiniões sobre as mudanças no Plano Diretor?**

Parte dos urbanistas, pesquisadores e das associações de moradores critica as propostas da revisão. A Minha Sampa lançou a campanha “SP não está à venda” em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Rede Nossa São Paulo, o departamento paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/SP), o Instituto Pólis, o Perifa Sustentável e o Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (Labcidade). Manifestações contrárias aos textos do relator têm sido realizadas, assim como foi criado uma abaixo-assinado virtual.

Também há entidades que têm se manifestado a favor das mudanças. O Secovi-SP, que representa as empresas do mercado imobiliário, por exemplo, publicou comunicado em que afirma que a proposta “amplia o que deu certo na sua concepção e permite maior inclusão de pessoas em áreas dotadas de infraestrutura urbana”.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 23/06/2023*

## **PASTORE: ‘LULA ESTÁ DESMONTANDO O BC COM ATAQUES; ISSO NÃO É CONDOTA DE UM ESTADISTA’**

Ex-presidente do banco, Affonso Celso Pastore afirma que economistas precisam ter coragem para defender a instituição que conquistou ‘respeito e credibilidade na economia mundial’ a duras penas

*Por Daniela Amorim e Francisco Carlos de Assis*

RIO E SÃO PAULO - As críticas do governo Lula ao Banco Central e ao seu presidente, Roberto Campos Neto, estão levando a um desmonte da reputação da instituição, avaliou nesta sexta-feira, 23, o ex-presidente do BC Affonso Celso Pastore.



Os ataques à autoridade monetária são motivados pela manutenção prolongada da taxa básica de juro, a Selic, em 13,75% ao ano. Em defesa da autarquia, Pastore avalia que, ao centrar críticas no BC, o governo está destruindo uma instituição que conseguiu, “a duras penas, por competência de seus dirigentes, adquirir um respeito e uma credibilidade na economia mundial que são raros”. Para ele, “a discussão é de quem quer fazer um downgrade institucional do Banco Central”.

“Quando você começa a bater no presidente do BC, chamando ele de ‘aquele cidadão que lá está’, você está fazendo um ataque à instituição chamada Banco Central. Este governo está desmontando uma instituição. Eu quero deixar isso bem claro”, disse Pastore ao participar do 9º Seminário Anual de Política Monetária, promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

O ex-presidente do BC disse que “economistas precisam ter coragem de darem um grito em defesa de uma instituição que vem fazendo exemplarmente o seu trabalho”. “Temos de denunciar este governo que vem atacando esta instituição. Isto não é conduta que um estadista deveria ter”, disse Pastore.

“Espero que parem, espero que parem! Se abrirem uma meta mais alta, com intervalo maior, etc., o processo continua e isso será um resultado péssimo para a economia brasileira. Senhor presidente da República e senhores ministros, preservem a instituição. É obrigação de vocês preservarem a instituição chamada Banco Central do Brasil”, disparou.

O BC reduzirá a taxa básica de juros, a Selic, quando se sentir confortável para esse movimento, avaliou Pastore. “Simplesmente estamos discutindo quando o Banco Central vai começar a baixar, quando omitimos o que segura juros em nível alto, que é a política fiscal expansionista”, declarou.

Segundo ele, o BC não deveria ser criticado por “fazer seu trabalho”. “Agora o juro, quando ele terminar de fazer o trabalho dele, vai estar muito alto”, disse. “Existe um erro crasso da política fiscal, não do Banco Central.”

O ex-presidente do BC criticou o desejo do governo de elevar a meta de inflação como solução para uma política fiscal. “Temos uma política fiscal errada, então vamos botar uma meta de inflação maior”, queixou-se Pastore. “Acho que a meta tem de ter nível semelhante aos outros países emergentes, em torno de 3%. Quanto ao intervalo, o Banco Central tem de mirar no centro, não em qualquer ponto do intervalo”, defendeu.

Quanto ao momento de início do ciclo de corte de juros, ele afirmou que não gosta de fazer projeções, mas deixou seu palpite: “Não vou dizer quando vai começar, mas acho que começa em agosto”.

### **Definição da meta**

O Conselho Monetário Nacional (CMN) se reúne no próximo dia 29 deste mês para determinar a futura meta da inflação. Integrantes do governo federal vêm defendendo a alteração do modelo, tanto em relação ao prazo, deixando de ser uma meta anual para se tornar uma meta contínua, quanto ao número-alvo e intervalo de tolerância, que poderia ser ampliado.

Para 2023, a meta de inflação perseguida pelo Banco Central é de 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo, ou seja, a inflação precisaria ficar entre 1,75% e 4,75% no encerramento do ano. Para 2024 e 2025, a meta de inflação é de 3%, com intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%.

A discussão em torno da meta de inflação foi conduzida de maneira ruidosa, avaliou Eduardo Loyo, sócio do BTG Pactual. Embora o debate tenha se acalmado mais recentemente, o executivo lembra que ainda não se sabe o que será feito.

“Foi uma discussão de maneira ruidosa, muito mais calor do que luz a respeito do que se poderia fazer”, disse o ex-diretor do Banco Central, também no seminário do Ibre/FGV.



Loyo acredita que o CMN poderia decidir por uma meta de longo prazo de 3%, desde que sem desvios em relação ao centro, nem que o alcance do objetivo seja rolado para o futuro, sem que os responsáveis precisem responder por um eventual não cumprimento. Para ele, desde que seja bem-feita, a mudança de meta anual para uma meta contínua poderia ser bem-vinda.

“Acho que pode ser inclusive um ganho de produtividade do regime de metas de inflação”, afirmou Loyo, lembrando que a alteração poderia livrar o Conselho Monetário Nacional de uma tensão anual de definir meta de inflação à frente de forma supostamente “casuística”. “Eu escolheria um regime em que você tem a perseguição contínua do cumprimento da meta.”

Loyo ressalta que aumentar a meta de inflação não tornaria mais fácil cumpri-la. Embora veja a migração para o modelo de meta contínua de 3% como uma melhoria, ele crê que seria importante manter o mecanismo de confecção de uma carta anual pelo Banco Central para que a autoridade monetária dê suas explicações à sociedade e ao governo sobre o cenário inflacionário e as medidas de política monetária. Sobre eventuais mudanças no intervalo de tolerância, o sócio do BTG alerta para a possibilidade de que um aumento no teto leve, na prática, a uma ampliação da meta.

“A não ser que tenhamos convicção de que vamos perseguir o teto”, criticou Loyo. “A inflação vai estacionar porque não vai ser o centro e sim o teto da banda (de tolerância). Aí é muito ruim aumentar a banda, porque você não está aumentando a banda coisa nenhuma, está aumentando a meta.”

Uma eventual decisão do CMN sobre a manutenção da meta de inflação é o que falta para o Banco Central poder decidir o rumo da política monetária no País, opinou José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV.

“Uma eventual decisão do CMN de manutenção da meta de inflação vai dar um impulso extra do momento favorável que estamos vivendo”, declarou Senna. “É o que o BC está esperando para tomar decisão.”

Senna lembrou que as expectativas estão mais favoráveis, os juros reais de prazo mais longo recuaram e o Risco Brasil caiu. No entanto, Senna pondera que os núcleos de inflação permanecem elevados, assim como a inflação de serviços. “O trabalho (da política monetária) ainda não acabou”, afirmou.

### **Corte da Selic em agosto**

O comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central após a última reunião deixa espaço para uma redução na taxa básica de juros, embora não seja possível determinar quando, disseram os especialistas presentes no seminário. O texto não descarta a possibilidade de um início do ciclo de cortes, que poderia ocorrer tanto em agosto quanto em setembro, avaliou Eduardo Loyo, do BTG Pactual.

“Não acho que o Banco Central está impondo condições para iniciar um ciclo de afrouxamento”, opinou Loyo. “Não é normal que a gente saiba exatamente sempre o que vai acontecer, e não é normal que Banco Central esteja sempre decidindo de véspera.”

Segundo o ex-diretor do BC, a reação ao comunicado do Copom “foi exagerada”, uma vez que o texto libera a autoridade monetária para tomar a decisão que considerar mais adequada. “Acho que o comunicado está na medida para deixar cortar se quiser”, disse ele.

Loyo defendeu que, se estivesse no BC contemplando cortar a Selic em agosto, este seria o comunicado que teria escrito. Portanto, ele crê que o comunicado do último Copom é compatível com um corte de juro em agosto.



José Júlio Senna corroborou que o Copom colocou em seu último comunicado o que já estava em textos anteriores, “nada entrou pela janela”. Segundo ele, bancos centrais “não fazem apostas”, tomam decisões seguras, com base em dados reais.

“O Banco Central tem que ser muito cauteloso, de não jogar o juro para baixo, e lá adiante isso não se sustente”, apontou Senna.

Embora Senna critique o cenário de incertezas e o modelo do novo arcabouço fiscal em tramitação no Congresso, ele aposta em algum afrouxamento da taxa Selic, de forma lenta, ainda sem precisão se será iniciado em agosto. Para Senna, ninguém sabe qual será o verdadeiro futuro da política fiscal brasileira, e o Banco Central “tem que reduzir ao mínimo essa incerteza”.

“Por outro lado, se o Banco Central ficar esperando solução de incerteza para baixar os juros, ele não vai baixar nunca os juros no Brasil”, apontou Senna. “Se esperar os grandes problemas se resolverem, não vai reduzir nunca. Então eu acho que alguma coisa vai reduzir”, previu.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 23/06/2023**

## **GOVERNO ESTÁ VULNERÁVEL A SURTOS DE IRRESPONSABILIDADE FISCAL DO CONGRESSO**

Com poucos votos na Câmara, União não tem meios para barrar projetos que aumentem os gastos, como a desoneração da folha

**Por Rogério Werneck**

Quase seis meses após ter tomado posse, o governo continua a enfrentar sérias dificuldades para se cercar de apoio parlamentar adequado. Especialmente na Câmara, onde a bancada com que o Planalto vem podendo efetivamente contar permanece restrita a cerca de 130 deputados. De um total de 513. Não é por outra razão que boa parte do debate econômico e político do País tem gravitado em torno das limitações que essa base parlamentar tão frágil deverá impor às possibilidades de atuação do governo.

Mas, nesse debate, pouca atenção tem sido dada a um aspecto particularmente preocupante da precariedade do apoio parlamentar do governo: a incapacidade do Poder Executivo de impedir que o Tesouro Nacional fique à mercê de surtos de irresponsabilidade fiscal do Congresso. Não se trata de temor infundado. Não faltam na história recente do País exemplos de governos fragilizados que se mostraram impotentes para impedir que o Tesouro fosse reiteradamente assaltado pelo Congresso.

Em abril de 2012, a inesquecível equipe econômica de Dilma Rousseff deixou-se levar por mais uma de suas ideias inovadoras. Preocupada com a competitividade de um pequeno grupo de setores, exportadores ou expostos à concorrência de importações, decidiu lhes abrir a possibilidade de passar a recolher encargos patronais sobre faturamento, e não mais sobre a folha de pagamentos.

Não levou muito tempo para que Guido Mantega percebesse que abrisse uma caixa de Pandora. Encantado com a distribuição de benesses patrocinada pelo Poder Executivo, o Congresso mobilizou-se para dar asas às suas próprias ideias sobre a questão. Em poucos meses, sob o olhar atônito do Planalto, a generosidade foi estendida a dezenas de outros setores.

Até hoje, não houve governo capaz de pôr fim a essa custosa e destrambelhada “desoneração da folha”. Acaba de ser aprovado no Senado, para desconsolo do governo, projeto de lei que, ao custo de R\$ 9 bilhões por ano, prorroga até o fim de 2027 as benesses desse programa.

E não para por aí. O projeto concede também a milhares de municípios que não contam com regimes próprios de Previdência Social, cujos funcionários estão vinculados ao INSS, generosa redução da alíquota de contribuição patronal, de 20% para 8%. Coisa de R\$ 11 bilhões por ano.

O que se teme é que seja só o começo. Com o governo vulnerável como está, sem capacidade de bloqueio parlamentar, não faltará, no Congresso, quem, ao sabor dos lobbies de sempre, se disponha a articular novos assaltos ao Tesouro.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 23/06/2023*



### VALOR ECONÔMICO (SP)

## ANP VAI REALIZAR CONSULTA PÚBLICA SOBRE ACORDO COM ARSESP DO GASODUTO SUBIDA DA SERRA

O gasoduto Subida da Serra pertence à Comgás e liga o terminal de gás natural liquefeito (GNL) localizado no Porto de Santos (SP) à malha de dutos de distribuição da companhia, do grupo Cosan

*Por Fábio Couto, Valor — Rio*



***A ANP vai colocar para consulta da sociedade uma minuta de resolução com uma proposta de acordo com a Arsesp sobre a operação do duto — Foto: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo***

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vai realizar consulta e audiência públicas para debater uma proposta de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) para estabelecer condições possíveis e necessárias para que o gasoduto Subida da Serra opere de acordo com as legislações estadual e federal.

O gasoduto Subida da Serra pertence à Comgás e liga o terminal de gás natural liquefeito (GNL) localizado no Porto de Santos (SP) à malha de dutos de distribuição da companhia, do grupo Cosan, cuja área de concessão envolve a região metropolitana de São Paulo, o entorno de Campinas e de São José dos Campos.

Em novembro de 2021, a ANP estabeleceu que o Subida da Serra se enquadrava como gasoduto de transporte, mas a Arsesp e a Comgás entendem que o gasoduto deveria ser enquadrado como sendo de distribuição.

Um gasoduto de transporte é aquele que conecta sistemas de processamento de gás natural às redes de distribuição, com capacidade de deslocamento de grandes volumes e por longas distâncias. Como analogia, são semelhantes às linhas de transmissão. Já os gasodutos de distribuição possuem capacidades mais reduzidas de transporte, levando o gás natural até o consumidor final. É comparável, neste caso, às linhas das distribuidoras de eletricidade, com capilaridade.

A agência estadual e a empresa pediram à ANP que reconsiderassem o tema. De acordo com a ANP, elas enviaram informações adicionais: uma delas afirma que o duto não vai se interligar às Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), estocagem ou gasodutos de transporte; se destinará exclusivamente a atender os consumidores finais da Comgás; e não haverá entrega e venda de gás a outras concessionárias.

A ANP vai colocar para consulta da sociedade uma minuta de resolução com uma proposta de acordo com a Arsesp sobre a operação do duto.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 23/06/2023*



## DIÁRIO DO NORDESTE - CE

### CADE APROVA POR UNANIMIDADE VENDA DA REFINARIA LUBNOR PARA A GREPAR

Por VICTOR XIMENES



**Legenda:** Com a operação concluída, a produção de asfalto da planta aumentará em 30% - o que deve reduzir a importação do insumo de outras regiões

**Foto:** Divulgação

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou nesta quarta-feira (21) por unanimidade a venda da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), em Fortaleza, para a Grepar Participações.

A venda da refinaria havia sido aprovada anteriormente, sem restrições, pela Superintendência Geral do Cade em dezembro de 2022.

A Lubnor foi vendida para a Grepar por US\$ 34 milhões, conforme contrato assinado em maio do ano passado. Além do valor da venda, serão investidos mais US\$ 41,9 milhões para a recuperação da capacidade de estoques, contas a receber, petróleo e ressarcimento dos investimentos feitos pela Petrobras nos últimos dois anos, totalizando US\$ 75,9 milhões de dólares.

Com a operação concluída, a produção de asfalto da planta aumentará em 30% – o que deve reduzir a importação do insumo de outras regiões.

A Lubnor é responsável por 10% da produção de asfalto no País e atende à demanda dos estados do Norte e Nordeste, em especial o Ceará.

Além disso, a refinaria é a única produtora de óleos básicos naftênicos no Brasil, que são utilizados como base para produção de lubrificantes para motores elétricos, fluidos hidráulicos, transformadores, graxas industriais e outros, além de produzir, nafta, óleo combustível e diesel marítimo.

**Fonte:** Diário do Nordeste – CE

**Data:** 23/06/2023

# portosenavios

## PORTAL PORTOS E NAVIOS

### GRUPO DISCUTE DESBUROCRATIZAÇÃO NA OUTORGA DE TUPS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 23/06/2023 - 17:56

*Secretaria Nacional de Portos e Antaq receberam contribuições de associações para reduzir tempo de processos para implantação de terminais*

A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) criaram um grupo com a finalidade de discutir formas de melhorar o fluxo de implantação de terminais de uso privado (TUPS) do país, reduzindo o tempo de tramitação.



O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, contou que o segmento apresentou contribuições e recebeu algumas demandas da SNPTA sobre a desburocratização da outorga de TUPs. Segundo Barbosa, a iniciativa foi bem vista e tem apoio de outras entidades setoriais, que trabalham em propostas de melhorias desde a Lei 12.815/2013, o decreto 9.048 e outros dispositivos infralegais.

Durante a audiência pública na Câmara dos Deputados na última semana, Barbosa destacou que os terminais portuários privados não devem em termos de tecnologia, ainda que menos desenvolvidos em termos de automação em relação aos portos europeus, por exemplo. Ele disse que as maiores deficiências são vivenciadas principalmente na acessibilidade terrestre, que precisa ser atacada.

“Precisamos das ferrovias chegando para movimentar grãos. Não podemos continuar a movimentar soja e milho por caminhões. Cai muito a competitividade do produto brasileiro ao longo da cadeia. Temos que trabalhar urgentemente nessa acessibilidade terrestre”, apontou. Ele disse que o tema vem sendo discutido junto aos ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos (MPor).

### Reporto

Barbosa comentou que os representantes de terminais continuam a tentar convencer o governo da necessidade de uma extensão para o Regime Tributário para incentivo à Modernização e a Ampliação da Estrutura Portuária, que vence no final deste ano. “Precisamos [da prorrogação] o mais rápido possível para darmos a todos investidores em equipamentos a segurança do serviço. Porque não adianta comprar porque [o prazo] acaba em dezembro”, afirmou.

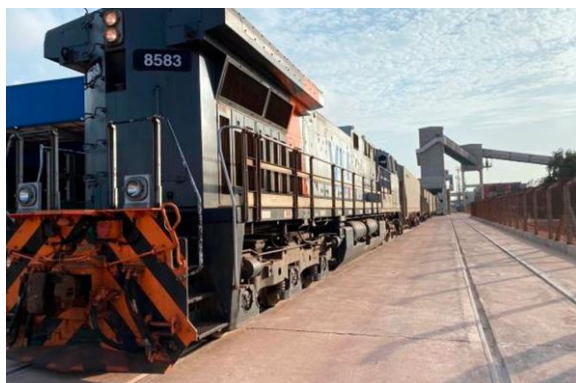
O setor defende uma renovação do regime que dê horizonte para que todos tenham tempo hábil para fazer as encomendas. “Mesmo que aprovada a Reforma Tributária, ela não entra em vigor imediatamente. Queremos ou prorrogação de 5 anos ou que a reforma que desonera investimentos esteja em eficácia. Estamos conversando internamente”, detalhou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/06/2023*

## AGENTES ACREDITAM EM ADOÇÃO DE MODELO SIMILAR À FIPS PARA ITAQUI

*Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 23/06/2023 - 17:58*



***Diretor da ANTT sugere que infraestrutura ferroviária seja pensada na direção dos portos para interior***

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) acompanha os investimentos da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) para aumentar a eficiência logística no maior porto da América Latina. Para o diretor da ANTT, Felipe Queiroz, o modelo de operação compartilhada pode ser adotado, no médio prazo, em outros portos e sistemas amadurecidos, como em Itaqui (MA). Ele observa a necessidade de se pensar

em soluções de infraestrutura ferroviária que sejam implementadas na direção dos portos para o interior, ao passo que se identifique setores e portos para esse tipo de demanda.

“Essa aproximação com Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), APS (Autoridade Portuária de Santos), embarcadores, operadores de terminais para que Fips dê certo e esse modelo com seus aprendizados possa ser aplicado em outras situações, como caso do Porto de Itaqui será um bom case”, afirmou Queiroz, esta semana, durante o fórum Nordeste Export. Ele mencionou que o Porto de Antuérpia, na Bélgica, conta com aproximadamente 1.000 quilômetros de ferrovia interna e dois pátios ferroviários.

O diretor acredita que o Brasil precisa idealizar projetos ferroviários do litoral para o interior. Ele sugeriu que se pense em viabilizar começando por trechos operacionais que já agregam valor,



gerando ciclos virtuosos de desenvolvimento. Queiroz disse que, para as próximas políticas públicas, se deve refletir se a TLSA tenha sido um erro estratégico, por não ter conseguido gerar o valor que a ferrovia poderia gerar.

O gerente geral de relações institucionais da VLI, Anderson Abreu, também considera viável a adoção de um modelo semelhante ao da Fips em Itaquí. A empresa, que opera a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), é uma das integrantes do consórcio da Fips. Abreu destacou que o modelo compartilhado nasceu em função de melhorias apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público (MPF) e trouxe incremento de governança.

Ele salientou que as concessionárias conseguiram se organizar para atender e melhorar a eficiência do Porto de Santos com investimentos da ordem de R\$ 891 milhões na Fips que vão sair do papel. “Isso é um modelo que deve ser pego, vistos pontos positivos e negativos, melhorar e fazer um modelo aprimorado, respeitando contratos e participantes, fazendo que seja bom para todo mundo”, analisou Abreu.

O presidente da Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e diretor de administração, finanças e relações com investidores da TLSA, Humberto Mota, alegou que, em 2006, havia intenção de fazer a ferrovia Transnordestina com bitola larga, com raio de curva mínimo de 400m e de classe mundial, o que significava um trabalho de infraestrutura muito caro para adequar todo relevo por onde passa a ferrovia. “Naquele momento de se iniciar a concessão da nova Transnordestina, decidiu-se que deveria começar a obra por aquela região em Salgueiro (PE)”, explicou.

A TLSA acredita que infraestrutura é um indutor de desenvolvimento e que um plano de logística e de infraestrutura de Estado representa um indutor que reduza custos de cargas existentes e traga novas cargas. “Acreditamos que precisamos quebrar esse binômio negativo que infraestrutura não se instala porque não têm carga e empresas não se instalam e geram carga porque não têm infraestrutura”, disse Mota.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/06/2023*



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 23/06/2023*